

Observatório da economia global

Textos Avulsos - nº 9 - Novembro, 2011

ORDEM E DESORDEM INTERNACIONAL: TENDÊNCIAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

*Eduardo Barros Mariutti*¹

Introdução

As condições excepcionais que marcaram o sistema de Bretton Woods alimentaram a ilusão de que o capitalismo pode ser facilmente disciplinado. Contudo, a crise dos “anos dourados” engendrou uma ilusão ainda mais perniciosa: a tese de que a dissolução do “compromisso Keynesiano” foi comandada pelas forças cegas e irrepresáveis do mercado livre. A substituição do voluntarismo por uma visão fatalista, recheada de “fins” - fim da utopia, fim da história, fim da geografia... - é um dos atributos mais salientes da era dita neoliberal. O reparo mais evidente a ser feito nesta visão caricatural diz respeito ao papel do Estado na configuração do capitalismo com dominância financeira: a despeito do protagonismo geralmente atribuído às forças do mercado, o papel dos Estados centrais - e particularmente dos EUA - foi fundamental no desenho desta nova ordem. Para ressaltar isto é necessário reconstituir a dinâmica que presidiu a transição do regime de Bretton Woods ao chamado “neoliberalismo”. E, para tanto, é necessário destacar as forças sociais em jogo e, sobretudo, os *períodos* onde as transformações tiveram lugar. Em largos traços, a consolidação e a expansão do sistema de Bretton Woods a partir da década de 1950

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Bolsista PNPDI-PEA. Sou profundamente grato aos diversos comentários às versões anteriores deste texto feitos nas reuniões do CECON, conduzidas pelo Prof. Ricardo Carneiro. Naturalmente, as deficiências do texto e os pontos mais polêmicos são de minha exclusiva responsabilidade.



alterou significativamente a forma de organização da sociedade². Estas mudanças - isto é, os novos elementos - geraram reações sociais que *coincidiram* com o retorno dos “velhos” problemas políticos e econômicos que tinham apenas sido postergados. Esse ponto de *confluência* situa-se, grosso modo, entre 1962 e 68. Contudo, o período imediatamente subsequente, compreendido entre 1968 e 73, foi o verdadeiramente decisivo. Como tentarei demonstrar, um dos elementos fundamentais na ruptura dos esteios da antiga ordem derivou das respostas violentas e intempestivas de Washington aos problemas que se precipitaram neste delicado e turbulento período.

A partir de 1973, começa a ganhar nitidez um conjunto de profundas e aceleradas transformações em diversas dimensões como, por exemplo, no sistema monetário internacional, na organização e gestão das empresas transnacionais, na estrutura do comércio mundial, nos padrões tecnológicos e nas forças sociais nas zonas periféricas. Este conjunto de transformações favoreceu a eclosão da “tríplice indisciplina” (i.é.; a rebeldia do capital, do trabalho e da periferia (Fiori, 1998)), que acentuou a polarização social e tornou possível a reação conservadora, cujas linhas básicas se definiram entre 1979 e 82. Washington estava na linha de frente mais uma vez, porém contou com a adesão imediata (e ruidosa) da Inglaterra de Thatcher. Após uma episódica relutância, a Alemanha e o Japão acabaram também aderindo (Tavares, 1998, p. 35-37). O passo seguinte foi a conquista da periferia, que envolveu um amplo repertório de táticas, situadas entre a diplomacia coercitiva - pressões econômicas e chantagem militar - e o aliciamento das suas elites que, gradualmente, foram assimiladas às novas fontes de riqueza patrimonial e à rede de consumo conspícuo em consolidação. O colapso da URSS, embora tenha surpreendido a todos pela velocidade com que ocorreu, consolidou de vez os fundamentos da nova ordem e deu origem à retórica do “fim da história” (Kurz, 1993, p. 16-29) a que fiz alusão.

Desde então, apesar da grande divergência nos ritmos de crescimento³ e sua intermitência (as recorrentes crises e bolhas de ativos), o discurso triunfalista

(²) O impacto mais significativo nas formas de sociabilidade derivou da expansão da urbanização (e, em menor grau, na transformação da produção agrária, que passou a incorporar crescentemente a tecnologia em todas as fases da produção, atenuando a diferença com o mundo urbano). Outro aspecto importante diz respeito à generalização dos meios de comunicação de massa (o rádio, seguido pela televisão), que se mesclou à ampliação do consumo de bens duráveis nos países centrais e nas camadas dominantes dos países semiperiféricos. Outro flanco importante derivou generalização do ensino superior, que transformou significativamente os padrões de comportamento político e social da classe média.

(³) A desigualdade nos ritmos de crescimento foi uma tendência geral do neoliberalismo. No centro, os EUA cresceram mais rápido do que a Europa e o Japão. Na periferia, as taxas de crescimento dos países asiáticos foram superiores às observadas na América do Sul.

acalentou a ilusão de que a tendência geral era de crescimento econômico sustentado e que, finalmente, a ordem estadunidense estava atingindo o seu zênite, fato que daria início a uma longa e duradoura fase de estabilidade política e de difusão dos padrões ocidentais à todas as civilizações. Mas, a despeito desta perspectiva idílica, os fundamentos da ordem econômica e política internacional já apresentavam sinais de desgaste desde 2001. No entanto a realidade só começou a penetrar na mente dos devotos “do mercado” em 2008, quando a crise financeira mostrou-se muito mais intensa e profunda do que as “bolhas” precedentes e, o que é mais importante, germinou e irradiou-se a partir do próprio núcleo da ordem neoliberal: o sistema financeiro dos EUA.

No período imediatamente posterior à crise os arautos do neoliberalismo encenaram uma retirada⁴, que abriu caminho para um novo discurso, supostamente apaziguador, baseado na tese de que a saída da crise envolveria a reconstrução dos “mecanismos de governança global.”: isto é, a criação de algum mecanismo de regulação sobre o capital e de *novas* formas de coordenar minimamente os múltiplos focos de conflito internacional. No entanto, estas demandas, embora urgentes, são difíceis de serem atendidas *dentro* da estrutura contemporânea de poder internacional. Em primeiro lugar, é cada vez menos plausível contar com a liderança dos EUA. E isso não se explica somente pela crise da sua legitimidade, exasperada na administração Bush. Como veremos, a crise financeira agravou as contradições internas da sociedade americana: os tímidos avanços do Governo Obama no *front* interno geraram uma forte oposição ultraconservadora, cujo resultado líquido até o momento foi *eleva*r a fragmentação política, ao ponto de dividir internamente tanto os democratas quanto o partido republicano. E isto ocorre por razões estruturais: a tensão entre as forças favoráveis ao protecionismo (compatíveis com uma postura externa “isolacionista”) e o bloco de interesses ligados ao capital financeiro e às corporações transnacionais *ultrapassa* as divisões partidárias pois, como tentarei demonstrar, reflete tensões profundamente arraigadas na sociedade estadunidense. Além disto, a despeito de toda retórica, no plano da política externa, por inércia, sobrevivem os eixos centrais herdados do governo Bush.

Quanto à Europa, no futuro próximo, do ponto de vista da governança internacional e da possibilidade de criação de uma ordem *alternativa* à atual podemos

⁽⁴⁾ É importante notar que, na grande mídia, o discurso sobre a necessidade de regular os bancos e as instituições financeiras de atuação mundial desapareceu com a mesma velocidade com que surgiu. Assim que o socorro público à finança privada se concretizou, a questão da regulação do sistema financeiro foi saindo de cena, até praticamente desaparecer do *mainstream*.

esperar muito pouco. E o motivo não é circunstancial. Em primeiro lugar, a despeito da ampla retórica, a atual configuração da UE é um alicerce extremamente importante da ordem vigente. Nas últimas décadas, sob a liderança da Alemanha e com a convicção entusiasmada da França, ela atuou como um poderoso indutor do reforço dos direitos de propriedade e da liberdade de ação dos capitais⁵. O segundo motivo deriva da própria dificuldade da tarefa de criar um projeto de integração tão ambicioso: por conta da ampla heterogeneidade dos países membros (e dos candidatos ao ingresso) o número de desafios e de forças disruptivas não é nada desprezível. Por conta disto, a União Europeia enfrenta uma crise de governança latente, amplificada pelas tensões sociais no interior das sociedades que a compõe e que, muito provavelmente, tenderá a se agravar ainda mais, dadas as consequências da crise financeira e as expectativas de baixo crescimento econômico no futuro próximo. Este cenário, em conjunto com a elevação das turbulências na política internacional, está levando o sinuoso processo de integração a uma situação limite: i) as incertezas geopolíticas e as tensões econômicas podem agir como indutores do aprofundamento da união, resultando em uma *nova* entidade política capaz de recuperar algum grau de liderança na política internacional; ii) por conta das dificuldades em manter a coesão de um bloco tão heterogêneo, a forma atual pode se cristalizar e, até mesmo regredir, passando a depender ainda mais da liderança alemã. O problema é que quanto mais Berlin reforçar o seu poder regional e, desse modo, ampliar seu papel internacional, menos irá se preocupar em criar uma *nova* estrutura institucional que poderia restringir a sua política externa e seus interesses

⁽⁵⁾ “UE foi usada como o principal instrumento para transformar as relações sociais de seus membros em um sentido ‘neoliberal’. A idéia básica foi [na década de 1980] utilizar o entusiasmo socialdemocrata europeu pela União contra os compromissos com os direitos sociais. Mas, como na década de 1990 as economias europeias entraram em um período de estagnação com elevados níveis de desemprego, a UE perdeu qualquer legitimidade genuinamente democrática. A partir de então, para elevar a autoridade da UE na linha do neoliberalismo, novas áreas e atividades políticas foram incorporadas com vistas a atrair a centro-esquerda europeia. A maior parte delas se encontrava no campo da política internacional: campanhas pelos direitos humanos, ambientalismo, controle de armamentos, caridade e diversas outras causas similares. Não sendo mais capaz de legitimar a UE como um modelo *social* para o mundo, os Estados da UE buscaram legitimarem-se como os campeões supremos da pacificação do mundo mediante a lei internacional, ao invés da política de poder” (Gowan, 2003, p. 43). A toada unilateral da era Bush reforçou ainda mais esse discurso: afinal, frente ao império, o que os defensores da causa justa podem fazer? Logo, a UE só poderá exercer algum papel positivo na construção de uma ordem *qualitativamente* diferente da atual se conseguir alterar radicalmente a orientação das forças sociais em seu interior.

econômicos⁶. Neste caso, a falta de iniciativa na política internacional da UE tenderia a se intensificar e, no limite, o processo de integração poderia ser revertido (Kupchan, 2010). Além disto, desde que consiga preservar parte de sua riqueza, uma Europa politicamente introvertida e conservadora continuará exercendo o seu costumeiro papel por mais tempo, isto é, o aliado resmungão, mas que resguarda os fundamentos da ordem estadunidense.

A despeito da controvérsia em torno destes cenários possíveis, um aspecto é decisivo: as próprias indefinições sobre o futuro da UE impedem que o Euro se torne uma moeda realmente apta a desafiar fundamentalmente o dólar e, portanto, capaz de mitigar os direitos de *seigniorage* de Washington. Na imaginativa visão de Marcelo de Cecco, por conta de suas características⁷, ao invés de substituir, o Euro esta fadado a conviver com o dólar e a atuar de forma análoga ao ouro nos sistemas monetários bimetálicos anteriores, isto é, tenderá a ser usado primordialmente como *reserva de valor* (deslocando o Dólar nesta função) e não como *meio de troca*, papel onde o dólar continuaria predominante) (De Cecco, 2009, p. 116-118). A complementaridade entre estas duas moedas é evidente. Mas essa possível troca de papéis é pouco convincente. A fragilidade das bases políticas do Euro, mesclada aos seus custos elevados de transação reduz sua atratividade frente ao dólar e, portanto, limita sua capacidade de suplantar o dólar como reserva de valor em escala global, tanto da

(6) Como destacou Perry Anderson a Alemanha continua a desempenhar seu papel de sustentáculo das forças neoliberais na Europa. Isso fica nítido em sua história recente. Se, por um lado, a unificação de 1989 favoreceu a longa depressão da economia alemã, por outro, o fato de incorporar um novo contingente de mão de obra que não possuía os mesmos padrões de vida e direitos corporativos, enfraqueceu os sindicatos. Além deste novo estoque nacional de mão de obra, a expansão da UE para o Leste - somada ao *outsourcing* em direção à Ásia, América Latina e Oriente Médio - fortaleceu ainda mais o poder do capital alemão frente o trabalho. Assim, a pujança das empresas alemãs - que reconduziram a Alemanha ao posto de maior exportadora de manufaturados - foi construída essencialmente sobre a *repressão* ao trabalho, possibilitada pela expansão da UE e da maior abertura da economia internacional (Anderson, 2009, p. 246-247).

(7) "O Euro é mais similar ao ouro do que uma moeda nacional? Como o ouro, ele não é uma expressão da soberania nacional. Seu valor de mercado é livremente determinado pela oferta e demanda. Como o ouro, e ao contrário das moedas nacionais, ele não tem valor fiscal e não pode ser usado para sustentar a dívida pública dos países membros. Diferentemente do ouro, o Euro não possui valor intrínseco. Diferentemente do ouro, ele é emitido por um banco central, enquanto o Banco Central Europeu é uma instituição constitucionalmente relevante da União Européia, no mesmo nível do Parlamento Europeu, e é completamente independente do poder político, nacional ou qualquer outro" (De Cecco, 2009, p. 117-118). A parte final do raciocínio é claramente um exagero: a União Européia *não se baseia em uma renúncia de soberania por parte dos estados-membros*, mas em uma barganha política que assumiu a forma de uma soberania compartilhada entre parceiros desiguais.

perspectiva dos atores privados, quanto da perspectiva dos governos (Cohen, 2009, p. 142-143; 147; 151-152).

Além disto, a atratividade do dólar deriva de seu peso e importância internacional tanto na dimensão privada, quanto na pública. Do ponto de vista dos atores privados, o magnetismo é evidente. Dada a sua centralidade como moeda veículo do comércio internacional, na denominação de contratos e ativos financeiros, operar em dólar reduz significativamente os custos de transação. O volume e a importância estratégica do mercado dos EUA, bem como a profundidade, abertura e integração do seu mercado financeiro permite ganhos de escala consideráveis, bem como propicia uma ampla e variada rede de transações que tende a reforçar a centralidade do dólar (Cohen, 2004, p. 9-14). Além disto, o papel do dólar na dimensão pública não é menos importante. E isto não diz respeito apenas ao fato de diversos Bancos Centrais acumularem reservas em dólares. Deter posições líquidas em dólares é um ativo *político* importante por parte do Estado com capacidade de fazê-lo, no sentido preciso de que isto amplia a sua margem de manobra na preservação da estabilidade do câmbio e, simultaneamente, de exercer pressão sobre os atores privados nacionais. Por outro lado, estados com moedas muito fracas tendem a utilizar o dólar como âncora cambial ou, até mesmo, recorrerem à dolarização de suas economias (a chamada “barganha pela soberania”, isto é, o estabelecimento voluntário de limites à autoridade pública em troca de previsibilidade e credibilidade internacional (Cohen, 2004, p. 39). Logo, enquanto a riqueza mundial – pública e privada – permanecer expressa predominantemente em dólares, as prerrogativas dos EUA não poderão ser seriamente questionadas.

Por fim, tudo indica que a tendência à redução do crescimento dos países desenvolvidos pressionará progressivamente o heterogêneo grupo dos países emergentes, resultando em um incremento da rivalidade entre eles⁸. Logo, o acrônimo BRIC perderá ainda mais o seu parco sentido. Não é difícil notar, portanto, que as forças de fragmentação também são poderosas entre os países ditos

⁽⁸⁾ “A crise financeira recente parece evidenciar o esgotamento da longa ‘fuga para a frente’, baseada no aumento do endividamento norte-americano e na indução descontrolada das inovações financeiras. Parte importante dos analistas da cena internacional prevê um período prolongado de baixo crescimento nas economias avançadas. Isso porá à prova o dinamismo da ‘fábrica asiática’ - e tanto mais quanto mais bem sucedido for o esforço norte-americano em continuar reduzindo a razão entre o déficit em transações correntes e o PIB do país. Porá à prova, portanto, também o processo de crescimento daqueles países que se conectaram ao crescimento sino-americano por engrenagens (como a da exportação de *commodities*) que só lhes permitiam obter taxas mais moderadas de crescimento” (Macedo e Silva, 2010, p. 30-31).

“emergentes”. Das diversas implicações desta tendência, uma delas é de nosso especial interesse. A redução do crescimento dos mercados centrais está intensificando a projeção econômica da China sobre a América do Sul, de um modo particularmente desfavorável ao Brasil. Os manufaturados oriundos da China estão pressionando os produtores nacionais e, simultaneamente, penetrando em mercados da América do Sul com forte participação das exportações brasileiras de manufaturados. Esta pressão competitiva, somada à alta dos preços das commodities tende a deslocar o investimento privado nacional para o setor de produtos primários. Assim, ao livre jogo do mercado, a crescente integração com a China pode deflagrar uma tendência à especialização regressiva da economia brasileira (Coutinho, 1997; Carneiro, 2010b, p. 7-8; Bastos, 2011, p. 63-64). Se tal possibilidade se consolidar, seguramente o processo de polarização política e econômica em torno do Brasil em curso nos últimos anos será revertido⁹.

No teatro asiático, por sua vez, por conta do peso mais elevado da geopolítica, a situação é ainda mais complexa. Apesar das agudas tensões na década de 1970, as relações atuais entre a China e a Rússia não são necessariamente conflitantes. Uma reaproximação é possível, tanto por motivos econômicos – a potencial complementaridade entre as duas economias – quanto políticos, isto é, uma aliança com vistas a elevar a autonomia de ambos países com relação aos EUA (cf. Gullick, 2009, p. 138-146; Kolko, 2006, p. 98-105). A explicação para a atenuação da rivalidade entre estes países não deixa de ser irônica: foi a expansão da OTAN na eurásia, capitaneada pelos EUA na era Bush e mantida por Barack Obama que reconstruiu a possibilidade de diálogo entre a Rússia e a China¹⁰. Contudo, uma eventual modificação de sua política externa – i.e., uma postura isolacionista – poderia reduzir

⁽⁹⁾ O potencial de liderança do Brasil no âmbito do continente sul-americano deriva das dimensões do seu território e do volume de sua economia. Mas a *capacidade* de exercê-la decorre do fato de o Brasil ter mantido boa parte do seu parque industrial e, simultaneamente, preservado a participação estatal em setores estratégicos como o energético (Petrobrás e Eletrobrás), bancário (BNDES, BB e CEF) e no setor de pesquisa científica (sistema universitário público e centros de tecnologia). Desse modo, uma integração passiva à conjuntura atual pode eliminar estas vantagens relativas e, portanto, eliminar a possibilidade de criar uma estratégia geral de desenvolvimento, pautada pela elevação do protagonismo do Brasil no Cone Sul e pela consolidação de mecanismos efetivos de proteção social e distribuição de renda.

⁽¹⁰⁾ Em meio às suas usuais reflexões teóricas, Kenneth Waltz é taxativo no que se refere aos efeitos deletérios da política de expansão da OTAN: “Isto gera novas linhas de cisão na Europa, aliena os que ficaram de fora (...). Enfraquece os russos mais favoráveis à democracia liberal e a uma economia de mercado. Também fortalece os russos com uma inclinação oposta. Ela também diminui as esperanças de uma redução maior dos armamentos nucleares. [Esta política](...) empurra a Rússia para a China ao invés de atraí-la para a Europa e a América” (2002, p. 46).

esta afinidade. Entretanto, além de pouco provável, tal reorientação simplesmente geraria outros problemas. A presença militar dos EUA na região tem um efeito ambíguo. De um lado, tende a ser percebida como uma ameaça à Rússia, China e Coréia do Norte. Por outro, principalmente por garantir explicitamente a segurança do Japão (que, por conta disto, se acomodou ao seu papel de gigante econômico e anão político), reduz significativamente a propensão à escalada da rivalidade militar. Para tentar reforçar ainda mais o seu papel de pedra angular no ambiente estratégico asiático, Washington encetou uma estrutura *bilateral* de relações, ao estilo “Hub and spokes”, cujos eixos centrais atualmente repousam na administração das relações EUA-Japão e EUA-China (Mastanduno, 2002, p. 193-196). Isto gera uma situação de indefinição permanente: a expansão da presença militar dos EUA estimula as tensões e forceja no sentido da polarização política. Mas, ao mesmo tempo, o envolvimento de Washington é intenso o suficiente para bloquear a criação de mecanismos genuinamente multilaterais na região.

Logo, as poderosas forças de fragmentação dinamizadas pela ordem neoliberal também afetam os países emergentes, trazendo dificuldades adicionais à regulação das finanças e à coordenação da Agenda Internacional. Frente a este cenário, a aura mística dos Anos Dourados ganha um relevo adicional: afinal de contas, como foi possível, nos países centrais, *dentro do horizonte do liberalismo e da sociedade capitalista*, disciplinar as finanças e fomentar o crescimento econômico com distribuição de renda? A resposta só pode ser encontrada se destacarmos a *excepcionalidade*¹¹ do período: a conjuntura peculiar que amorteceu as tendências gerais do capitalismo, tornando-o momentaneamente irreconhecível. Para entendê-la, é necessário reconstituir, de forma sintética, um sinuoso e multifacetado processo histórico marcado por rupturas e continuidades. A grande dificuldade é que as transformações na história – em qualquer nível da realidade – se processam mediante uma série de mudanças nas diversas esferas da existência que compõe a vida social.

(11) De forma precisa e extremamente sucinta, seguindo a linha aberta por Hobsbawm, João Manuel Cardoso de Mello chamou a atenção para isto: “A essa altura, é preciso ter claro que os Trinta Anos Gloriosos se caracterizaram pela sua excepcionalidade, por uma peculiaridade histórica que não tem sido suficientemente esclarecida, a saber: que a hegemonia americana foi de fato exercida em um ambiente de competição entre o capitalismo e o socialismo real. Assim, não podemos esquecer que a reconstrução da Europa e do Japão foi conduzida à sombra da Revolução Soviética e da Revolução Chinesa. Particularidade decisiva, à qual se somou a luta das forças democráticas europeias e dos *new dealers* americanos, forjadas em meio a duas guerras mundiais, a crise de 1929 e os horrores do nazi-fascismo. Uns e outros procuravam construir instituições – tanto no âmbito internacional quanto nacional – capazes de impedir as catástrofes provocadas pelo capitalismo desregulado” (Cardoso de Mello, 1997, p. 160-161).

Estas, embora articuladas, possuem ritmos próprios que lhe garantem um certo grau de autonomia. Exatamente por isto, as periodizações adotadas nos recortes setoriais (retrospectiva política, retrospectiva econômica, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Logo, mais importante que uma eventual - e altamente improvável - coincidência temporal é buscar definir *a forma de articulação* capaz de integrar os diversos segmentos da realidade (Novais, 2005, p. 159-162). Embora tenha sido redigido tendo como referência esta concepção, este texto foi concebido em termos mais simples. A ênfase recairá nas relações entre a economia e a política, permeadas pelas principais *forças sociais* que moldaram o período em pauta. Para facilitar a exposição, e tendo como parâmetro a *estrutura* da política internacional, reconstituirei o processo que resultou na atual preeminência militar dos EUA, isto é, a decomposição da bipolaridade que marcou a Guerra Fria. Este primeiro movimento, uma vez isolado, será complementado por uma visão retrospectiva sobre a dinâmica *social* responsável pela consolidação do sistema de Bretton Woods. O passo seguinte envolverá a discussão sobre as *contradições* deste sistema que, pelo seu próprio movimento, criou as raízes do neoliberalismo. A partir daí concentrarei a discussão na conjuntura atual, focando em *dois eixos fundamentais*. Primeiramente analisarei a natureza e as características do que julgo constituir um dos principais elos dominantes na economia política internacional, isto é, as relações econômico-políticas entre os EUA e a China. O segundo eixo consiste nas *contradições internas* da sociedade estadunidense e sua complexa interação com a economia política internacional.

1 O Poder dos EUA e a Ordem Mundial Contemporânea

A ordem política e econômica atual repousa em duas bases interligadas. Um de seus fundamentos é uma distribuição do poder militar essencialmente assimétrica, que confere uma influência política extraordinária aos Estados Unidos. Até o momento, a despeito de agitações superficiais, em sua essência, a configuração vigente da correlação de forças não está sendo seriamente contestada por nenhum Estado, ou bloco de Estados. E o segredo desta vitalidade é a sinergia entre o poder militar e o poder econômico dos EUA, uma relação sempre tensa, mas que, no fim das contas, se manifestou durante toda a sua história mais recente. Isto porque, como veremos, embora a causalidade não seja *direta*, há uma clara interpenetração entre a postura militar americana e os arranjos financeiros impostos pelos EUA no pós-guerra e, particularmente, depois de 1973. Ambas as dimensões, na realidade, formam um mecanismo de retroalimentação. A capacidade de investir pesadamente em armamentos sofisticados *sem constrangimentos externos significativos* depende da centralidade de Wall Street e dos títulos públicos americanos na alta finança internacional. Esta por sua vez, por penetrar no interior das diversas sociedades

civis, ajuda a sustentar, de dentro para fora, o *status quo* da política internacional. O ponto decisivo é que, ao contrário do que foi profetizado na década de 1980 (Kennedy, 1989, p. 488-498; Wallerstein, 1980, p. 38 e segs), o dispêndio militar não comprometeu a economia dos EUA (Gowan, 2004, p. 480-482; Fordhan, 2007, p. 395-397). Na verdade, de forma indireta, a corrida armamentista *deu um forte impulso à economia e, particularmente, ao sistema de inovação dos EUA*, principalmente ao promover uma sólida articulação entre sua rede universitária, os laboratórios das grandes empresas e das instituições militares (Medeiros, 2004). Além disto, desde a Guerra Fria, o orçamento da defesa foi um dos meios utilizados por Washington para reabilitar e, se necessário, exercer algum grau de controle político sobre as empresas americanas:

O poder distributivo do dispêndio militar é tanto uma causa como uma consequência das divisões sobre a política de segurança nacional. A preferência da administração Truman por forças convencionais para elevar a segurança dos aliados dos EUA na Europa Ocidental e o Japão, bem como a necessidade de lutar a guerra da Coréia, tendeu a beneficiar o Nordeste. A busca da administração Eisenhower por uma estratégia alternativa menos dispendiosa resultou na ênfase das forças estratégicas e armas nucleares. Isto tendeu também a beneficiar o Oeste e o Sul (...). Neste sentido, a política dirigiu as decisões de dispêndio e determinou suas consequências distributivas (Fordhan, 2007, p. 396).

Em suma: o complexo industrial militar, um legado da Guerra Fria, permanece como uma dinâmica fonte de investimento autônomo no capitalismo estadunidense, capaz de gerar simultaneamente estímulo econômico e proteção política.

No entanto, o agravamento das tensões sociais nos países do centro (EUA inclusive) e da periferia é uma ameaça à continuidade da articulação virtuosa entre o poder do dólar e o militarismo estadunidense. É precisamente neste sentido que a crise econômica atual, se não for revertida, pode agravar ainda mais as agitações sociais e, futuramente, fazer desabar toda a estrutura de dominação financeira e militar cristalizada em Washington e Wall Street. A crise financeira ressuscitou o debate entre os declinistas – que profetizam o colapso do Império americano – e os renovacionistas, que acreditam na perenidade da preponderância de Washington. É importante notar que, da perspectiva das finanças, a linha divisória entre as correntes envolve a ênfase em funções diferentes da moeda internacional. Os renovacionistas tendem a privilegiar a centralidade do dólar como *meio de troca* e *unidade de conta* nas transações internacionais: logo, a força dos EUA estaria, exatamente, na interdependência comercial, financeira e produtiva que ainda tem como epicentro o dólar (e, por extensão, a centralidade do dólar depende, sobretudo, das decisões tomadas pelos principais *atores econômicos privados*). Logo, por conta desta ênfase na

dimensão *privada* da moeda internacional, as questões ligadas à dimensão geopolítica são relegadas ao segundo plano. Os declinistas, por sua vez, centram a sua análise na função de *reserva de valor* do dólar: a sua corrosão encoraja, por parte dos demais Estados, a diversificação das divisas, fato que implicaria na elevação dos constrangimentos internacionais à capacidade de financiar o orçamento militar e fomentar artificialmente o dinamismo da economia dos EUA. Aqui, ao contrário dos renovacionistas, os elementos geopolíticos são preponderantes na definição da ordem internacional (Helleiner; Kirshner, 2009, p. 3-6; 15-17). Assim, a polêmica envolve também uma discussão sobre a natureza da ordem internacional: isto é, se o florescimento de transações econômicas internacionais *deriva primariamente* de uma configuração estável do equilíbrio de poder ou, contrariamente, se os laços econômicos transnacionais é que sustentam a cooperação - ou, pelo menos, a inexistência de conflitos severos - no plano político-militar.

Contudo, para compreender melhor a natureza e as contradições desta articulação é necessário fazer um breve retrospecto da evolução do poder militar dos EUA. O mecanismo básico de contenção nuclear na Guerra Fria era aparentemente paradoxal: por conta da bipolaridade, o seu funcionamento dependia da inexistência de impedimentos físicos ao uso das armas nucleares por parte das duas superpotências. Em outros termos: a vulnerabilidade recíproca era a sua verdadeira base. A dissuasão era mantida exatamente porque o inimigo, se agredido com armas nucleares, seria capaz de responder devastadoramente. Tudo dependia, portanto, de um mínimo equilíbrio em *meios de destruição* (Mearsheimer, 2003, p 128-137; Sheehan, 1996, p. 171-176). É importante notar que a capacidade de destruição (número e potência das ogivas) não era a única variável importante: o vetor era igualmente decisivo. Desse modo, a corrida armamentista envolvia não só produzir mais megatons, mas, também, aperfeiçoar e, sobretudo, *variá-los* os meios de lançamento¹². Assim, depois do rompimento do monopólio nuclear estadunidense, para garantir os meios de dissuasão, era fundamental deter uma ampla capacidade de destruição nos três meios de lançamento: terra-terra (mísseis balísticos armazenados em silos e

⁽¹²⁾ Na fase inicial, quando os americanos ainda detinham o monopólio nuclear, os bombardeiros representavam a única forma de lançamento. Logo, para poder usar ogivas, era necessário deter superioridade aérea. A Rússia (que ainda era uma potência aliada) provavelmente podia deter os B-29 americanos. O Japão seguramente não: logo, a ausência da capacidade de retaliação nuclear e a superioridade aérea americana tornaram possível o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki e desencorajaram qualquer ataque à Rússia (Freedman, 1986, p. 736-737). Esse cenário fortaleceu as demandas da Força Aérea para investir maciçamente em uma nova geração de bombardeiros com capacidade de atingir Moscou. Depois da quebra do monopólio nuclear americano, tiveram início os novos programas de armamentos nucleares articulados a vetores em solo (mísseis de longo alcance) e no mar (BIDDLE, 2007 p. 145-64). A partir daí a variação nos meios de lançamento e a capacidade nuclear nas três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) tornou-se uma tendência geral.

plataformas móveis); ar-terra (os bombardeiros e caça-bombardeiros) e mar-terra (navios e submarinos). Se o inimigo conseguisse inventar um dispositivo capaz de deter um tipo de ataque (ou até dois), a dissuasão estaria mantida e, com o tempo, seria possível desenvolver uma forma de burlar (ou emular) o sistema defensivo adversário.

Assim, tal como a variação nos meios de lançamento, a dispersão das armas nucleares era, também, um elemento essencial na garantia da dissuasão. O motivo é evidente: a concentração das armas permitiria ao inimigo um ataque sincronizado que, se bem sucedido, lhe garantiria a primazia nuclear. Neste caso, o first-strike decidiria a contenda em favor do agressor. Assim, o custoso processo de movimentar boa parte do arsenal nuclear (amparado por defesas munidas de armamento convencional) constantemente por ar, mar e terra tornou-se um elemento fundamental. O mesmo pode se dizer dos serviços de inteligência e vigilância. Com um sistema nuclear difuso e descentralizado, a probabilidade de sobreviver a tempo de lançar uma retaliação devastadora é muito maior. Embora seja capaz de evitar a guerra nuclear pela ameaça da autodestruição, esta situação configura um dilema de segurança: cada medida tomada por um lado para melhorar sua posição “defensiva” - que, nos termos da Guerra Fria significa uma capacidade de contra-ataque fulminante - pode ser percebida pelo rival como uma provocação ou ameaça. Logo, este clima gera uma espiral ascendente nos gastos militares que só tem como constrangimento os limites tecnológicos e econômicos que, inclusive, precisam ser continuamente transpostos (cf. Biddle, 2007, p. 153). Assim, a *auri sacra fames* ganhou um importante apoio para acelerar a acumulação de capital: uma corrida armamentista virtualmente incessante que, por conta da peculiaridade do dispêndio militar na Guerra Fria, pressionava constantemente as contas públicas¹³ e externalizava recursos para o setor privado.

Foi exatamente este tipo de dispêndio - a presença militar global e a luta desesperada para manter a paridade em meios de destruição - que a URSS começou a ter dificuldade de arcar. E isso, em grande medida, ocorreu porque Moscou não tinha a seu dispor um sistema comercial e financeiro apto a transmitir de forma eficaz o

⁽¹³⁾ O aspecto mais paradoxal é que, desde o início, os investimentos no projeto nuclear foram realizados com o intuito de *poupar* recursos, pelo efeito de dissuasão esperado pelos artefatos nucleares. Em tese, a letalidade das bombas permitiria a redução do contingente militar e o volume de armamentos convencionais. Mas esta linha de raciocínio tinha como base a subestimação da capacidade soviética de desenvolver a bomba e de seus avanços na balística. A doutrina da retaliação nuclear em massa desenvolvida no governo Eisenhower foi pensada - ou ao menos propagandeada oficialmente - como uma forma de poder reduzir significativamente os gastos com a defesa, sem comprometer a política de contenção à URSS. Mas esta tática caiu definitivamente por terra após o lançamento do Sputnik em 1957, que evidenciou a capacidade soviética de utilizar mísseis de longo alcance para atingir os EUA (Biddle, p. 150-159; Gaddis, 2005, p 162-175; Kolko, 2006, p. 3-6).

custo da corrida armamentista para seus aliados. No entanto, o colapso do Bloco Soviético e a redução do território russo não eliminaram totalmente a sua capacidade militar. O resultado prático disto foi o confinamento de Moscou a um espaço geopolítico muito mais exíguo: a Eurásia. Isso ajuda a esclarecer diversas tendências recentes. A mais evidente é o aquecimento da temperatura política nesta região o que, por sua vez, favoreceu o transbordamento das tensões para a África e, colateralmente, elevou o peso geopolítico da China e da Índia. A retração da esfera de influência russa tornou possível definir a política americana sobre um novo eixo: o monopólio da projeção global de poder de destruição à distância, amparada por um redimensionamento das forças armadas, baseadas em recursos tecnológicos de ponta, com unidades menores que, supostamente, por serem mais bem treinadas e capazes de utilizar equipamentos sofisticados seriam, a princípio, mais eficazes e polivalentes¹⁴. Esta reorganização das forças armadas foi estimulada ainda mais durante o governo George Bush, alicerçada na idéia de que este novo tipo de soldado pressupõe um novo tipo de guerra, isto é, guerras com o objetivo de *mudar regimes*¹⁵. Trata-se, evidentemente, de um eufemismo: mudar regimes significa, na prática, pacificar as zonas turbulentas com potencial de desestabilizar a economia mundial ou, até mesmo, incursões militares destinadas a abrir zonas hostis aos investimentos dos países centrais, comandados por Washington. Tragicamente, a administração de Barack Obama não parece capaz de alterar significativamente este padrão de organização militar e de pressão diplomática¹⁶.

(14) Há um acalorado debate entre os especialistas em Política Internacional em torno disto. Para um bom resumo da discussão, ver Murray E Knox (2009).

(15) Em abril de 2003, logo após a conquista de Bagdá, enquanto ainda acreditava que o fim da guerra era iminente, o então presidente George W. Bush declarou peremptoriamente: “Nós aplicamos os novos poderes da tecnologia (...) para atingir uma força inimiga com uma velocidade e precisão incríveis. Mediante uma combinação entre estratégias criativas e tecnologias avançadas, estamos definindo a guerra em nossos próprios termos. Nesta nova era de belicosidade, nós podemos atingir um regime, e não uma nação” (apud Bacevich, 2009, p. 127). O fato é que mudar um regime não se mostrou uma tarefa tão fácil, principalmente se levarmos em conta o transbordamento das tensões para o conjunto do Oriente Médio e a redefinição da correlação de forças em uma região cada vez mais tensa e distante do modelo esperado pelos estrategistas de Washington. O resultado líquido até agora foi totalmente adverso, pois *reforçou* o poder da Rússia e da China na Eurásia, (Kolko, p. 98-104;120-124) bem como fortaleceu o poder do Irã (Kagan, 2008, p. 46 e segs.).

(16) O ponto importante a destacar é que o comportamento político recente dos EUA não é excepcional. Curiosamente, para tentar ressuscitar o patriotismo nos EUA e salvar a pele de Bush, John Lewis Gaddis (2004) argumentou que o unilateralismo (conjugado ou não ao expansionismo), as guerras de preempção e a intervenção para alterar regimes representam uma *longa tradição americana*, que pode ser identificada em John Quincy Adams (que, inclusive, chegou a teorizar sobre a importância da preempção para garantir a segurança dos EUA (cf. p. 10-16), Andrew Jackson, James Polk, William McKinley, Ted Roosevelt e Woodrow Wilson.

A “Guerra Tecnológica”, na realidade, corresponde também a um atributo específico da sociedade americana, que remonta à “síndrome do Vietnã”: a recusa da população a se submeter à conscrição – as forças armadas americanas, desde o fim desta guerra, são compostas apenas por voluntários – e a sofrer baixas em grande escala. Essa pequena tolerância às baixas tem sido contornada pelos EUA de duas maneiras: 1) a crescente privatização da Guerra, fato que reabilitou socialmente os mercenários e abriu uma nova frente para o investimento privado, consubstanciado principalmente nas *Private Security Companies* (PSC) e, em menor medida, nas *Private Military Companies* (PMC)¹⁷; 2) a reabilitação da conquista da cidadania pela Guerra: os “*Green Card Soldiers*”, geralmente hispânicos, que lutam pelo exército americano (ou ex-presidiários, que se alistam para limpar os registros criminais). Evidentemente, estas medidas são paliativas, pois dificilmente podem sustentar grandes ambições geopolíticas. A “guerra tecnológica” só funciona para fins de intimidação ou, para usar o termo mais apropriado, como tática de terrorismo de Estado (Chomsky, 2002, p. 17; George, 1991), isto é, com o objetivo de sustentar, pela chantagem, um regime financeiro e político extremante favorável aos EUA. Mesmo com base nas tecnologias de ataque remoto, a *ocupação* de territórios ou o enfrentamento de inimigos mais poderosos, com sistemas sofisticados de defesa antiaérea exige uma infantaria volumosa e, portanto, um elevado índice de baixas. Exatamente por conta disto os alvos dos EUA, desde a década de 1970, são sempre Estados militarmente insignificantes. Nenhuma pessoa sensata pode acreditar que o Iraque de Saddam Hussein, por exemplo, representava uma ameaça global. O

¹⁷ A distinção entre estas duas organizações é bastante sutil. As PSCs têm como função prioritária oferecer os seguintes serviços: i) apoio *logístico simples* (comida e lavanderia para as tropas regulares, assim como limpeza e manutenção das bases militares); ii) *treinamento, inteligência e apoio tático* (sem envolvimento no conflito: operação, suporte e manutenção de equipamentos militares e, até mesmo, interrogação de prisioneiros) e iii) *policimento e segurança* de bases militares, instalações (militares ou privadas) e comboios. Esta é a atividade mais demandada no Afeganistão e no Iraque e a única a envolver eventualmente conflitos armados. As PMC’s por sua vez, além dos serviços descritos, *são especializadas em combate*: são, portanto, mais claramente definíveis como organizações de mercenários e suscetíveis a condenações de cunho moral (Percy, 2007 p 225-226; Avant, 2005, cap. 6). Na década de 1990 havia uma nítida preponderância das PMCs, atuando principalmente na África como “apoio” para as mineradoras de diamantes e recursos naturais valiosos (as duas corporações mais emblemáticas, a *Executive Outcomes* e *Sandline*, encerraram suas atividades em 1999 e 2004, respectivamente)). Contudo, a situação mudou após a Guerra do Afeganistão e do Iraque: a presença efetiva do exército americano deslocou as PMC’s, ampliando a demanda por PSCs (tais como a Blackwater e a DynCorp), cujo número de “funcionários” operando no Oriente Médio pode chegar a 100.000 (Percy, 2007, p. 225). Essa diferença, contudo, é principalmente cosmética: a ênfase na distinção advém dos donos das empresas e seus associados, que querem fugir da alcunha de mercenários.

mesmo podemos dizer do Irã, Coréia do Norte e de todos os membros do “eixo do mal”, atores envolvidos a contragosto no micromilitarismo teatral encenado por Washington para tentar provar que os EUA são realmente uma nação indispensável (Todd, 2003, p. 31-33; p. 159-160).

Estas transformações, por sua vez, expressam um novo conjunto de contradições. A primeira delas é que, paradoxalmente, por conta da grande capacidade de destruição remota, dificilmente os EUA podem ser militarmente contestados pelos Estados mais poderosos. Porém, ao mesmo tempo, dado o imbricamento entre o poder militar e poder financeiro dos EUA, Washington não pode engendrar operações militares contra estes Estados, pois esta linha de ação destruiria completamente o *status quo*, do qual os americanos são os principais beneficiados. Logo, as suas ações militares envolvem cada vez mais alvos com pouco poder bélico, mas que, exatamente por isto, são menos vulneráveis à tecnologia. Contra os supostos terroristas, o ato de destruir a infraestrutura do país hospedeiro parece *agravar* o problema, pois eleva a dispersão geográfica das células terroristas e favorece o recrutamento de novos membros. Assim,

A ironia da superioridade militar americana é que ela torna a nação mais propensa a se ver envolvida em guerras não convencionais onde sua força militar intensiva em capital é pouco adequada. Os demais Estados são pouco capazes de desafiar os EUA com forças militares convencionais, mas as forças de guerrilha como as que lutam no Iraque e no Afeganistão não são fáceis de conter. Estes conflitos sugerem que a superioridade tecnológica nem sempre é um bom substituto para mais tropas no solo, e que forças guerrilheiras podem gerar danos consideráveis a uma força tecnologicamente superior (Fordhan, 2007, p. 398).

O fato é que na “luta contra o terrorismo” os alvos não são facilmente identificáveis, a ponto de a própria administração Bush ter enfatizado recorrentemente que “o inimigo pode ser qualquer um e estar em todo lugar”. Mas as guerras são travadas no terreno do inimigo que, por conta disto, pode recorrer a táticas de guerrilha, explorar o elemento surpresa e usar armas rudimentares (cf. Kolko, 2006, p. 108), das quais, as mais comuns são as bombas caseiras¹⁸ (*Improvised Explosive Devices*, na terminologia oficial do Departamento de Defesa), responsáveis por cerca de 60% das mortes dos soldados americanos na Guerra do Iraque e em torno de 70% no Afeganistão. Trata-se, portanto, de uma forma extremamente barata de produzir baixas em um exército extremamente caro e bem equipado (Bacevich, 2009, p. 158-159). Para tentar minorar a letalidade de seus cidadãos no campo de

⁽¹⁸⁾ Estes explosivos podem ser construídos tanto com artefatos militares como com material de uso civil (bombas baseadas em fertilizantes, combustível etc.). Geralmente são de difícil detecção e produzem danos consideráveis, mesmo contra soldados bem treinados e equipados.

batalha, o expediente mais usado pelos EUA em suas intervenções no terceiro-mundo envolve o apoio oportunista a alguma facção local com interesses antagônicos ao do “inimigo”. Mas o oportunismo opera nos dois sentidos: quando as circunstâncias mudam – e muitas vezes isso ocorre pelo próprio sucesso da aliança com Washington – a orientação do ex-aliado pode mudar. Saddam Hussein representou um dos casos mais clássicos deste tipo de “*blowback*” (Johnson, 2010, p. 13-26), mas há diversos outros (Mann, 2003, p. 119-136).

Quanto à segunda contradição, Andrew Bacevich, uma espécie de líder de um curioso grupo de falcões arrependidos, expressa nos seguintes termos: o consumismo desenfreado é uma das liberdades mais celebradas nos EUA. O usufruto desta “liberdade” intensifica o uso de recursos produzidos no exterior (petróleo, alimentos, manufaturados etc.) fato que, *nas condições vigentes*, enreda ainda mais o militarismo. Embora exista uma correlação, o vínculo entre consumismo e novo militarismo não é o elo dominante¹⁹. O amálgama é muito mais profundo. Em primeiro lugar, o orçamento militar é um dos pontos onde o consenso bipartidário é maior (Kolko, 2006, p. 5). A obsessão republicana em tentar reduzir o gasto público se concentra no orçamento destinado à área de bem estar social. O dispêndio militar é enfaticamente apoiado pelas correntes principais do Partido e tolerado pelos raros setores mais avessos ao militarismo. O Partido Democrata, por sua vez, é complacente com a miríade de interesses que passam pelo orçamento da “defesa”. A competição entre as

⁽¹⁹⁾ Bacevich faz um contorcionismo gigantesco para tentar reforçar este vínculo. Ele afirma que a conexão entre os dois fenômenos é perceptível principalmente do ponto de vista da segurança energética. Este vínculo foi consolidado no Governo Reagan que, a despeito de suas promessas, retirou do horizonte político a tarefa de reduzir a dependência de petróleo do Oriente Médio (insistir nisto foi a cartada desesperada de Carter para tentar um segundo mandato). Ao fazer isto e, simultaneamente, encorajar o consumo conspícuo, reduzir os impostos dos mais ricos e elevar o dispêndio militar aprofundou o envolvimento dos EUA no “vórtex do mundo islâmico” e consolidou de vez a tendência ao fomento da economia nacional pelo endividamento. (Bacevich, 2009, p. 44; 48-49). Assim, quanto maior a tendência ao consumismo dos cidadãos americanos, maior a extroversão de sua economia (prioritariamente por conta das redes de produção transnacional) e, portanto, maior a tendência à deterioração da balança comercial. A manutenção deste padrão exige a preservação do dólar como a moeda reserva internacional em caráter fiduciário (e a atratividade dos serviços financeiros dos EUA), assim como o acesso barato e constante às commodities e recursos estratégicos situados no exterior. Aqui o papel do militarismo é decisivo: primeiro, para garantir a adesão dos estados centrais às instituições e regimes impostos predominantemente por Washington. E, em segundo lugar, para assegurar o acesso coletivo dos países desenvolvidos aos recursos estratégicos situados na periferia. As intervenções militares ocorrem apenas na periferia, em duas situações: nos momentos onde as forças sociais associadas à ordem americana entram em crise ou então, quando Washington decide que os custos para promover uma “mudança de regime” são menores que os benefícios esperados.

três forças (marinha, exército e aeronáutica) para desenvolver autonomamente e deter os *mesmos sistemas de armamentos* geram um dispêndio redundante e difícil de ser contido, que tende a se retroalimentar²⁰. O segundo elemento estrutural é um legado da Guerra Fria: a rede descentralizada de pesquisas e encomendas de artefatos bélicos que interliga os laboratórios de P&D militares, acadêmicos (exemplos mais expressivos: MIT, Caltech, Universidade da Califórnia, Stanford, Harvard, Columbia) e de grandes corporações tais como a Lockheed Martin, GE, Boeing, General Dynamics e AT&T. Por fim, para reforçar ainda mais esta rede, diversos *think tanks* (cujo papel de destaque cabe à RAND Corporation) e centros de pesquisa nas universidades americanas fomentam a centralidade do tema da “segurança” na agenda política do país²¹. Assim, o vilão principal neste caso não é o consumismo, mas sim uma rede de interesses com raízes extremamente profundas na sociedade americana.

Contudo, embora seja possível lançar dúvida sobre a articulação direta entre o “consumismo irresponsável” e o novo militarismo, as preocupações reais de Bacevich evidenciam uma tensão. O fomento ao consumismo e a celebração do entretenimento entra em contradição com as necessidades da máquina de guerra estadunidense: entre lutar em zonas inóspitas e passear no Shopping Center, os

⁽²⁰⁾ Um dos casos mais clássicos envolveu a disputa entre a aeronáutica e o exército para construir mísseis balísticos no começo dos anos 50. No início da Guerra Fria, os oficiais do exército afirmavam que os mísseis são uma evolução da artilharia, logo, deveriam ser controlados pelo exército. O então influente Comando Aéreo Estratégico, por sua vez, insistia que os mísseis eram um apoio importante ao bombardeio estratégico, tido por eles como o principal elemento de dissuasão. Pouco tempo depois a marinha também entrou na disputa, ao demandar um sistema de mísseis (para reforçar o tripé nos meios de lançamento) e passou a demandar aviões e a reforçar sua divisão de fuzileiros navais (para garantir a “capacidade anfíbia”, tida como essencial para projetar poder em terras distantes). A introdução dos mísseis de cruzeiro (como o Tomahawk) gerou novos motivos de ciúmes: por serem lançados por navios a uma distância segura, e serem menos vulneráveis aos sistemas antimísseis (que somente funcionam razoavelmente bem contra mísseis balísticos), representantes da Marinha queriam aumentar os seus recursos em detrimento da Aeronáutica (que, por sua vez, pressionava na pesquisa e produção de caças-bombardeiros furtivos dotados com mísseis de cruzeiro). A Guerra do Golfo produziu o primeiro embate nesta nova geração de armamentos: a marinha lançava seus mísseis do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, enquanto a Aeronáutica dos seus bombardeiros, que decolavam dos EUA! (Biddle, 2007, p. 138-141; 179-182) Em suma: neste caso, dada a irrelevância militar do inimigo, a maior rivalidade estava entre setores distintos das mesmas forças armadas.

⁽²¹⁾ A linha de frente na defesa do militarismo - e particularmente os *Chicken-Hawks* - geralmente saem destes centros, e cultuam autores ou “estrategistas” como Albert Wohlstetter, Richard Perle, Paul Nitze, Robert Jervis e John Mearsheimer.

americanos tendem a escolher a segunda opção (muito mais sensata, por sinal)²². Isto acentua o problema da falta de soldados, que obriga Washington a recorrer aos precários expedientes anteriormente citados (mercenários, *green card soldiers*, associação com *warlords* e guerrilheiros locais etc.) para as operações com maior risco de baixas. Os conflitos endêmicos no plano internacional exacerbam as tensões sociais internas, fato que *acentua* um expediente típico da Guerra Fria: o fortalecimento do Poder Executivo em detrimento do Congresso e da Constituição, bem como ofusca a fronteira entre a dimensão pública – isto é, os milionários contratos públicos longe do escrutínio popular – e a privada. Assim, somente a riqueza, a expansão política e/ou uma ameaça “global” digna de crédito é capaz de manter unida uma sociedade tendencialmente anômica. Esta idéia tem sido sustentada por autores de diversas orientações ideológicas. Para citar alguns exemplos: Michael Mann, ao criticar a “esquizofrenia política” estadunidense chega, por outras vias, ao mesmo diagnóstico (cf. Mann, 2006, cap. 3). O mesmo ocorre com o recém-falecido Chalmers Johnson que, de forma quase obsessiva, insistia na conexão entre esta forma de atuação internacional e as crescentes tensões *internas* nos EUA (cf. Johnson, 2010, p. 29-39; p. 52-63). Até aqui, tratamos da evolução da esfera político-militar como se ele fosse dotada de autonomia. É o momento de regredir um pouco no tempo e resgatar este mesmo período sob outra ótica: a do movimento *geral* da economia política a partir da II Guerra Mundial, com ênfase no papel central desempenhado pelos EUA.

2 A atípica Ordem de Bretton Woods e a consolidação da hegemonia americana

O regime de Bretton Woods tinha como um dos pilares a liderança dos EUA, amparada por algumas instituições internacionais de cunho político (tais como a ONU e a OTAN) e econômico (FMI, Banco Mundial, etc.). No entanto, apesar desta dimensão internacional, na prática, o sistema era constituído por economias nacionais orientadas para a indução do desenvolvimento interno. O grande diferencial, que permitiu um grau mínimo de cooperação entre Estados que, no limite, eram rivais, foi a manifestação de duas poderosas forças de coesão no bloco capitalista: i) a memória da “era da catástrofe (1914-45)”, que colocou em xeque as tradições do liberalismo clássico em favor de uma atmosfera baseada no controle

(22) “Aqui reside o grande paradoxo de nossa época: enquanto a defesa da liberdade americana aparentemente demanda que as tropas dos EUA lutem em lugares como o Iraque e o Afeganistão, o exercício desta liberdade em casa corrompe a capacidade da nação lutar. Um grande bazar proporciona uma base inadequada para erigir um vasto império” (Bacevich, 2009, p. 11).

social do mercado e, também, na necessidade de criar mecanismos *genuinamente internacionais* de arbitragem na política internacional²³; ii) o temor da “ameaça” comunista. No imediato pós-guerra, o Exército Vermelho estava posicionado no coração do continente europeu e o prestígio soviético era enorme, pois eles eram vistos como os genuínos libertadores da Europa. O clima social ainda era pesado, pois a violência não cessou com a capitulação dos alemães: o revanchismo por parte de cidadãos e grupos de resistência armados contra os supostos “colaboradores” postergou por mais alguns anos a animosidade e o conflito civil, ampliando as turbulências sociais (Judt, 2005, cap. 2) Neste cenário, uma crise econômico-financeira de grandes proporções poderia fortalecer ainda mais a posição soviética na Europa, inclusive, seria capaz de atrair para a esfera de influência de Moscou os Estados europeus mais importantes. Além disto, havia o temor de um refluxo dos extremismos de direita de inspiração nazifascista, pois a derrota militar da Alemanha não significou a destruição das determinações sociais que produziram o nazismo e, muito menos, a eliminação dos colaboradores e simpatizantes do totalitarismo. Logo, de uma perspectiva liberal, era necessário *harmonizar* a retomada do comércio internacional com os mecanismos de proteção social.

De um ponto de vista *interno*, o pilar do crescimento repousava no que Hobsbawm qualificou como *arranjo triangular*. De um lado as organizações trabalhistas continham suas demandas radicais, abandonando a luta pelo socialismo e concentravam a sua prática na melhoria dos salários e condições de trabalho, sem comprometer os lucros. Os empresários, por sua vez, encorajados pelas perspectivas de expansão constante do mercado nacional e internacional (e pelas restrições às operações financeiras), investiam na produção e tendiam a aceitar parte das demandas do trabalho, transmitindo parcialmente os ganhos de produtividade para os salários. O último vértice era formado pelo Estado que, além de arbitrar as

⁽²³⁾ As instituições internacionais da ordem britânica eram congruentes com o ideário do liberalismo clássico: assim como o mercado, a política internacional (sintomaticamente vista como uma entidade *separada* da economia) era baseada em um suposto mecanismo *automático* de organização: o equilíbrio de poder. As “instituições” internacionais, por sua vez, não passavam de alianças mais perenes e deliberações *ad hoc* entre as grandes potências para dirimir os problemas internacionais (o famigerado “concerto de potências”). Este tipo de ordenação foi duramente criticada no entre guerras, tanto por Woodrow Wilson quanto por Lênin. Mas tais contestações não tiveram força suficiente para deter o peso da tradição e dos interesses de curto prazo. A era de Bretton Woods nasceu com a revolucionária idéia de criar um governo mundial baseado em instituições internacionais democráticas com poder real de decisão, cujo eixo fundamental seria constituído pela ONU. Contudo, este ideal foi derrotado logo de saída: a ONU foi constituída em bases hierárquicas (o Conselho de Segurança dissolveu o poder da Assembléia Geral) e já em 1947 o princípio da contenção substituiu o “unimundismo” alardeado por Roosevelt (Arrighi, 1996, p. 66-69; 285-287). Mas, mesmo com este recuo, a ordem internacional contemporânea é muito mais institucionalizada que as anteriores (Cox, 1996, p. 104).

relações entre sindicatos e empresários, implementava políticas de proteção social e fomento à economia, tais como o investimento em infraestrutura e a elevação do gasto corrente (o funcionalismo público empregado para garantir os serviços de transporte, saúde, educação e assistência social), dispêndio fundamental para promover o bem estar da sociedade (Hobsbawm, 1995, p. 276-267). Em congruência com estes arranjos nacionais, para garantir a solidez e articulação do bloco capitalista, era fundamental *controlar* as finanças e, desse modo, estabilizar o comércio internacional (Helleiner, 1994, p. 26-33; 44-50).

No entanto, de uma ótica estadunidense, era necessário fazer tudo isto *mantendo* – e até mesmo elevando – a sua liberdade de gestão da política econômica, bem como a capacidade de manter um nível considerável de dispêndio militar sem comprometer as suas bases econômicas. O primeiro passo foi, nas conferências de Bretton Woods, demolir a proposta de Keynes de criar o *Bancor* como a moeda-padrão das trocas internacionais (o que neutralizaria o poder de *seigniorage*²⁴ de Washington). O segundo movimento coube à materialização do Plano Marshall, que selou definitivamente a aliança atlântica em torno da liderança os EUA e consolidou um sistema de câmbio fixo que, na prática, envolvia uma barganha. Por deter a moeda que era ao mesmo tempo o meio de troca e a reserva de valor do sistema, os EUA concentravam as principais *vantagens políticas*, pois podiam investir pesadamente em armamentos nucleares e convencionais, *ampliando seu diferencial de poder* com relação aos aliados (criando, portanto, um quase-monopólio legítimo do uso da força). Esses investimentos, indiretamente, irrigavam seu sistema econômico, através da constituição do complexo industrial-militar e, também, possibilitavam a adoção de políticas monetárias e fiscais expansionistas, que garantiam a vitalidade do seu sistema bancário e de suas empresas. Além disto, a superioridade militar tornou-se um ativo importante que, mediante a coerção, possibilitou produzir efeitos econômicos favoráveis aos EUA, que se expressam na capacidade de Washington criar e manipular instituições e regimes internacionais (Gowan, 2004, p. 480-481; Strange, 2009, p. 66-68). Na outra ponta, protegidos pelo guarda-chuva nuclear dos EUA, a Europa e o Japão podiam promover uma política econômica agressiva, voltada à modernização do seu parque industrial e orientada para as exportações, principalmente para o mercado dos EUA.

No entanto, mesmo levando em conta estas forças de coesão, como já foi mencionado, o sistema de Bretton Woods era composto na realidade por economias

⁽²⁴⁾ Uso esta expressão em sentido mais amplo, similar ao empregado por Padoan (1986, p. 19-20); Cohen (2004, p. 21) e por Belluzzo (1998, p. 187): por emitir a moeda que denomina as trocas internacionais (e, o que é mais importante neste caso, que funciona também como reserva de valor), os EUA possuem baixíssimas restrições internacionais à sua política monetária e fiscal. A eventual adoção do Bancor imporia limites à Washington muito maiores do que a paridade Ouro Dólar acordada em Bretton Woods. Sobre os diversos significados deste termo, ver Cohen (1998, p. 123-155; 2004, p. 17-19).

nacionais *rivaais*. E seus próprios fundamentos cuidaram de elevar a rivalidade. Já na década de 1950 o crescente fluxo de investimento direto dos EUA para a Europa tinha como objetivo primário furar o protecionismo europeu (Frieden, 2006, p. 294-296) – tolerado por Washington por razões geopolíticas- e secundário flanquear o poder de reivindicação do trabalhador americano. Sobretudo na década de 1960, as economias europeias responderam a este movimento intensificando seus investimentos produtivos nas zonas mais urbanizadas da periferia, ampliando o escopo da concorrência capitalista. As empresas americanas seguiram as suas rivais europeias, também disputando os mercados periféricos. Na década de 1970 o processo se completa com as empresas japonesas que, após um intenso desenvolvimento em tecnologia de ponta, concentram seus investimentos nos países centrais²⁵. Embora tenha gerado uma sólida interpenetração patrimonial no seio da tríade (que, posteriormente, tornou-se um dos fundamentos da ordem financeirizada e um poderoso elemento de afinidade oligárquica entre as sociedades centrais), o efeito de médio prazo deste novo padrão de investimento foi a elevação da vulnerabilidade do trabalho e a generalização das turbulências sociais.

O fato é que a redução da assimetria econômica entre os EUA e seus aliados-rivaais elevou as tensões políticas, que se manifestaram em dois planos distintos, porém interligados. Em sincronia com a China, a França passou a hostilizar abertamente a política de não-proliferação nuclear imposta pelos EUA e pela URSS, alterando deste modo o equilíbrio regional de poder. Em seguida, explorando a situação adversa em que se encontrava os EUA – a escalada no Vietnã, em meio às primeiras contestações políticas internas mais radicais – Paris ampliou o espectro de suas críticas, apontando diretamente a política financeira dos EUA *como a causa das pressões inflacionárias* que estavam supostamente minando a economia internacional (Eichengreen, 2007, p. 64-65). Mesmo frente à possibilidade de aguda retaliação de Washington²⁶, os franceses decidiram se retirar do *Pool do Ouro* em 1967, fato que, dentre outras determinações, precipitou a sua dissolução no ano subsequente. Estes

(25) A condução deste processo, portanto, foi realizada pela política agressiva de internacionalização adotada pelas empresas americanas que, neste movimento, conseguiram controlar vastos setores das economias estrangeiras (Gilpin, 1975, p. 11 e segs.). Assim, o Plano Marshall não foi o único responsável pela generalização do dólar na economia mundial. Esse fluxo de investimento cruzado não só aumentou a liquidez como favoreceu a criação da primeira fissura nos mecanismos de “repressão financeira”: o mercado de eurodólares.

(26) “Diante do prospecto de uma retirada francesa [do *Pool do Ouro*], oficiais americanos discutiram a possibilidade de impor um embargo às exportações francesas, instituir controles sobre as operações em dólares americanos por residentes na França, assim como uma pressão sobre o Fundo Monetário Internacional para declarar formalmente o franco como uma moeda escassa. Após a retirada dos franceses, houve uma discussão sobre a possibilidade de exigir o reembolso imediato dos ainda gigantescos débitos franceses com os EUA por conta da Primeira Guerra Mundial. Todas essas medidas foram vistas, não de forma desarrazoada, como promotoras de mais custos do que benefícios” (Eichengreen, 2007 p. 66).

movimentos fortaleceram ainda mais a percepção de que a posição de liderança dos EUA estava seriamente ameaçada. Foi exatamente este clima geral de tensão que possibilitou à OPEP perpetrar o mal afamado “Choque do Petróleo” que, na realidade, foi uma resposta *defensiva* frente aos desequilíbrios econômicos cada vez mais intensos provocados, sobretudo, pela política econômica dos EUA (Belluzzo, 1995, p. 14-15; Strange, 2009, p. 71-72)²⁷. Assim, desde 1968, Washington, acuado pelas tensões internas e pelo clima geral de rivalidade, passou a agir de forma progressivamente violenta, elevando deste modo as tensões e a incerteza econômica e política²⁸.

A reafirmação do poder de Washington se deu, grosso modo, nas medidas tomadas para deslocar os prejuízos com o aumento dos preços do petróleo para os seus “aliados”: fundamentalmente, pelo abandono das instituições multilaterais que regiam, via FMI e acordos, os ajustes das balanças de pagamentos. Em poucas palavras: por oposição à prática de *controle multilateral das finanças internacionais* que marcou a primeira fase da Guerra Fria, os EUA impuseram o princípio do “letting

(27) Ninguém dúvida que o choque do petróleo *aumentou a incerteza geral* que marcou o período, bem como, de forma indireta, pressionou as contas nacionais dos países não exportadores de óleo, aumentando a sua dependência do crédito privado dos grandes bancos internacionais. Sem menosprezar as determinações derivadas das circunstâncias políticas no Oriente Médio, que devem ser encaradas como *causas permissivas*, a ação da OPEP só pode ser compreendida à luz da política cambial de Washington a partir de 1971. “Em resumo, do mesmo modo que não há dúvida que a instabilidade das taxas de câmbio ajudaram a desestabilizar o mercado do petróleo, o mercado do petróleo está agora impondo o seu gambling game a todos os demais” (Strange, 2009, p. 20).

(28) A difusão generalizada da percepção de que a hegemonia dos EUA estava em crise teve efeitos importantes também na remodelação da conduta da URSS. A despeito das críticas ferrenhas do expansionismo soviético, os russos não haviam ainda saído do casulo. A conjuntura da década de 1970 mudou radicalmente esse aspecto: “Contudo, entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo. Esta (...), na verdade parecia que podia mudar o equilíbrio das superpotências desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo das Américas eram atraídos para o lado soviético e – mais concretamente – forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu núcleo interior. Foi a coincidência dessa terceira onda de revolução mundial com o fracasso público e a derrota americanos que produziu a Segunda Guerra Fria. Mas foi também a coincidência desses dois fatos com o otimismo e a autossatisfação da URSS de Brejnev na década de 1970 que a tornou certa” (Hobsbawm, 1995, p. 242, grifos meus). A URSS aparentemente estava recuperando a iniciativa: mesmo com o revés China, o ganho de posições na África Ocidental e Oriental foi significativo. As bases na África ocidental podiam servir de cabeça de ponte para operações no Atlântico Sul, enquanto as posições na porção oriental possibilitaram a elevação significativa da marinha russa no Oceano Índico (principalmente por conta dos submarinos capazes de lançar mísseis nucleares). Foi exatamente esta situação que serviu de base para o discurso conservador que elegeu Reagan (FIORI, 1998 p. 113-6)

free markets work”²⁹. O resultado final foi duplo: 1) como a reciclagem dos petrodólares ocorreu fundamentalmente no sistema financeiro norte-americano, a posição da Europa e do Japão ficou comprometida e, ao mesmo tempo, foi possível criar uma articulação de interesses mais estreita entre os países da OPEP, Washington e Wall Street; 2) para viabilizar a reciclagem, os banqueiros e operadores financeiros de Wall Street assumiram, na prática, o controle das finanças mundiais, fato que rompeu o dique da “repressão financeira”³⁰ e abriu caminho para a criação de um novo regime de acumulação, centrado no dólar fiduciário. Portanto, foi exatamente a combinação entre a *rivalidade político-econômica internacional* com o conflito social latente que começou a corroer a ordem internacional baseada na regulação do mercado.

3 A crise de Bretton Woods e a consolidação do neoliberalismo

Entre 1973 e 1979 a economia política internacional passou por um conjunto significativo de transformações. O súbito desarranjo dos mecanismos de regulação internacional elevou as dificuldades dos países periféricos, que interromperam o seu ciclo de crescimento e enfrentaram um longo período de estagnação. Contudo, esta mesma situação favoreceu a posição da URSS que, amparada em suas jazidas de Petróleo, ampliou o seu investimento militar (sobretudo na marinha) e sua influência direta sobre a periferia. Concomitantemente, a intensificação da rivalidade intercapitalista elevou o grau de centralização de capitais, que acelerou ainda mais o processo de interpenetração patrimonial no centro do capitalismo, fato que produziu uma crescente convergência de interesses entre as classes proprietárias e seus

(²⁹) David Spiro resume bem a situação. Existiam pelo menos duas instituições multilaterais que poderiam amortecer o impacto da valorização do petróleo sobre as economias desenvolvidas: o FMI e a rede de segurança da OECD. No entanto, hipoteticamente, se esta opção fosse escolhida, o impacto sobre os concorrentes diretos dos EUA seria menor. “Frente à escolha entre a liderança legítima dos regimes multilaterais e a políticas unilaterais que só interessavam aos EUA, seus formuladores de políticas optaram pela última opção” (Spiro, 1999, p. 151). Logo, “A resposta americana aos desafios da reciclagem dos petrodólares foi, portanto, baseada na exploração da sua posição hegemônica. Deixar o mercado trabalhar, na medida em que isto significava que o capital da OPEP iria fluir para o mercado americano e para o governo dos EUA, foi um resultado derivado do poder [político]” (Ibid, p. 150).

(³⁰) A Alemanha, França e Japão tentaram preservar minimamente os controles de capitais e manter os elementos fundamentais de Bretton Woods. Mas era impossível fazê-lo sem a anuência dos EUA (e, em menor medida, da Grã-Bretanha). Por conta do volume, centralidade e abrangência do sistema financeiro estadunidense, qualquer mudança em suas características afeta toda a estrutura das finanças mundiais. E a política econômica seguida por Washington envolvia remover os obstáculos aos operadores financeiros, emitir moeda (para desvalorizar ainda mais o dólar frente ao marco e o iene) e aumentar o protecionismo comercial (a Lei Comercial de 1974 que, em afronta ao GATT, permitia impor punições aos “competidores injustos” (no caso, o alvo predileto era o Japão)) (Brenner, 2003, p. 67-79).

associados. A transformação final das forças sociais foi produzida pelas mudanças organizacionais e tecnológicas derivadas da Terceira Revolução Industrial, que tiveram início em meio à ofensiva conservadora, expressa na eleição de Margaret Thatcher (1979), Ronald Reagan (1980) e Helmut Kohl (1982). A tendência geral, desde então, foi a reafirmação do *poder* dos EUA e a desconstrução dos fundamentos da ordem de Bretton Woods: como já foi apontado, a essência deste sistema envolvia *políticas nacionais* amparadas na constante negociação entre os empresários e o trabalho organizado, no investimento público e na diversificação da burocracia estatal (criação de ministérios variados e instituições orientadas à coordenação da sociedade em diversas áreas). Contudo, para evitar a instabilidade do comércio e das finanças mundiais, as implicações internacionais destas políticas eram negociadas nas diversas instituições e fóruns especializados. Todos estes elementos foram atacados. O sentido das determinações mudou: os novos interesses patrimoniais, interligados *transnacionalmente* por redes financeiras nucleadas em Wall Street e pelas novas corporações transnacionais, com a anuência das autoridades públicas, passaram a ditar as políticas nacionais de ajuste.

3.1 A Financeirização e os novos padrões de concorrência capitalista

Como já foi adiantado, a eclosão da Terceira Revolução Industrial acelerou radicalmente o processo de transformação das formas de organização, concorrência e gestão das empresas transnacionais. O primeiro impacto destas mudanças foi tornar obsoleto o padrão tecnológico emulado pelos países semiperiféricos durante a longa expansão dos Anos Dourados. A vanguarda da concorrência capitalista se deslocou para novas fronteiras: a tecnologia da informação (telemática), robótica, eletroeletrônica, genética, nanotecnologia, química fina e novos materiais³¹. Esse

³¹ O termo “Terceira Revolução Industrial” é bastante controverso. Evidentemente, não se questiona a consolidação do “complexo eletrônico” como um novo paradigma tecnológico. A raiz da querela está no grau em que este novo paradigma é capaz de conduzir o *crescimento geral* da economia e transformar a sociedade. Os mais céticos tendem a negar que a revolução digital teve um impacto econômico maior do que a revolução dos transportes e das comunicações no século XIX, que culminou com a consolidação do petróleo como matriz energética e a generalização dos duráveis na década de 1950 e 60 (principalmente a Geladeira, Fogão a Gás e Máquina de Lavar). Em outro registro, a disputa é saber se a adoção destas inovações promoveu a “destruição criadora” responsável por uma nova fase de crescimento econômico geral. Para nossos objetivos, é perfeitamente possível *contornar* esta polêmica. As novas tecnologias da informação simplesmente *possibilitaram a aceleração da prévia e vigorosa tendência à transnacionalização da produção*. Mas as barreiras a este movimento *não eram prioritariamente técnicas, mas predominantemente sociais*. Somente após a transformação radical das forças sociais que sustentavam a ordem de Bretton Woods é que foi possível criar a homologia entre a gestão da produção e do patrimônio que caracteriza a ordem financeirizada. Foi somente a partir daí a tecnologia produziu efeitos significativos (Braga, 2000 p. 322-328).

movimento intensificou ainda mais a centralidade do setor de Pesquisa e Desenvolvimento na estrutura burocrática das grandes corporações e, sobretudo, na concorrência intercapitalista. Além disto, por conta das novas tecnologias e da maior abertura e articulação entre os mercados nacionais, a grande corporação foi capaz de elevar substancialmente a sua eficácia gerencial, mediante o aprimoramento da articulação entre as cadeias de suprimento e distribuição, com vistas a promover economias de escala e de escopo, reduzir os estoques e o desperdício, bem como acelerar o ciclo da produção e a capacidade de adaptar-se mais rápido às flutuações do mercado e à variação nos padrões de consumo (Chandler, 1990, cap. 2).

De uma perspectiva *gerencial*, este movimento teve suas origens mais remotas no final do século XIX e seu epicentro correspondeu à emergência das grandes corporações estadunidenses, crescentemente integradas e apoiadas na finança (cf. Dúmenil; Levy, 2001, p. 8). Por conta das condições peculiares de Bretton Woods, esta forma organizacional se irradiou para os demais países centrais entre as décadas de 1960 e 70. Desde então, a *intensificação* da competição intercapitalista e as novas bases tecnológicas aceleraram ainda mais estas transformações que, contudo, só encontraram uma situação ideal na década de 1990, quando as mudanças no âmbito das finanças - a desregulação, desintermediação, ascendência patrimonial e ampliação do papel dos investidores institucionais - se consolidaram e se difundiram para a periferia. Neste novo ambiente as empresas de ponta puderam se organizar a partir dos centros administrativos fundados nas operações financeiras e no setor de P&D (especialização no “core business”), do qual passou a emanar uma ampla e diversificada rede produtiva transacional baseada na crescente *terceirização* e na fragmentação das demais funções da produção. Em suma: o progresso tecnológico, a interpenetração patrimonial na tríade e as transformações gerenciais resultaram na fragmentação da cadeia produtiva que, em conjunto com a criação dos paraísos fiscais e as fontes privadas de financiamento, desafiou o poder jurisdicional e fiscal dos Estados mais proeminentes.

Assim, por conta das características acima descritas, as empresas transnacionais passaram a desenvolver uma estratégia financeira e tecnológica “global”, da qual emana uma administração do comércio e da produção que se configura de forma essencialmente *regional*, onde o campo da concorrência de ponta se situa predominantemente no espaço integrado dos países centrais, com prolongamentos na Ásia, enquanto os mercados periféricos se especializam na produção de recursos naturais, componentes rudimentares e na montagem de produtos com nível tecnológico baixo ou intermediário (Coutinho, 1995). O aspecto realmente decisivo, contudo, é que este padrão de investimento e de produção

encetado pelas corporações transnacionais *alterou a dinâmica do comércio mundial* que, doravante, passou a se concentrar principalmente nas operações *intra-firmas*. A dimensão gigantesca das corporações, aliada à sua hierarquização vertical garantiu a elas um considerável grau do controle sobre o comércio internacional (Arrighi, 1996, p. 73). Esta transformação nos padrões do comércio mundial reduziu ainda mais a capacidade dos Estados realizarem políticas econômicas contrárias à lógica patrimonialista em consolidação.

Este fenômeno está vinculado à elevação do peso da dimensão transnacional na economia mundial contemporânea. Este adensamento pode ser percebido em diversos aspectos. Um dos mais relevantes diz respeito à remodelação dos domínios monetários centrais que crescentemente se transnacionalizaram (Cohen, 1998, p. 8; 22-26; 129-130) e, desse modo, se mesclaram às transformações na organização do investimento e da produção acima discutidas. Os pontos de apoio desse novo padrão de organização consistem em diversos nódulos situados no espaço geográfico convencional (o “espaço de lugares”, submetido, portanto, ao poder jurisdicional do seu respectivo Estado) e, a partir daí, se projetam no “espaço de fluxos”, isto é, uma região descentralizada e *não territorial*³², que se desdobra *paralelamente* às economias nacionais (Ruggie, 1993, p. 172 e segs.; Arrighi, 1996, p. 81-85). É prioritariamente neste espaço que se processam as transações financeiras, produtivas e comerciais das grandes corporações transnacionais. Logo, o período atual é fruto de uma complexa interação entre as transformações no âmbito do comércio mundial, da gestão das grandes corporações e da finança internacional que *alterou* a antiga correlação entre as forças mais diretamente associadas ao mercado e o poder público, bem como entre a dimensão nacional e a internacional.

⁽³²⁾ Para combater os delírios pós-modernos referentes à não territorialidade absoluta, David Harvey salientou precisamente que a hipertrofia da dimensão transnacional associada ao espaço de fluxos não dissolve a geografia: “O movimento fluido *sobre* o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas *no* espaço. Vias férreas, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos, etc. constituem capital fixo incorporado à terra. (...) Como resultado, o capital fixo incorporado à terra – o que inclui fábricas, escritórios, unidades habitacionais, hospitais e escolas, bem como o capital incorporado às infraestruturas de transporte e comunicação – age como importante fator de oposição a transformações geográficas e à relocação das atividades capitalistas. Mais uma vez, vemos forças tendentes à inércia geográfica opondo-se ao dinamismo” (2004, p. 87). Todo e qualquer “fluxo” transnacional depende *materialmente* de estruturas físicas sujeitas à autoridade pública em que se localizam. Em suma: as fronteiras políticas podem ter ficado muito mais porosas, mas não desapareceram e nada indica que isso ocorrerá.

É necessário, contudo, deixar claro que esta expansão da zona transnacional e do espaço de fluxos *não envolve a dissolução* ou a redução absoluta da autoridade do Estado Nacional, como se tornou comum dizer no início da década de 1990. Essa forma de ver o problema tem como raiz o pensamento liberal e, portanto, é prisioneira de uma falsa dicotomia entre o Estado e a Sociedade que, por extensão, concebe as dimensões interestatal e transnacional como necessariamente antagônicas. Na realidade, uma das características mais marcantes da era moderna é, exatamente, o *imbricamento* entre estas duas dimensões. Podemos formular esta mesma questão em termos mais específicos: a despeito da cantilena neoliberal, o papel dos Estados centrais - e dos EUA em particular³³ - foi *decisivo* na consolidação da ordem transnacional baseada na dominância financeira, que sucedeu Bretton Woods. A centralidade do patrimônio na determinação do comportamento dos atores econômicos foi consolidada pelo uso *ativo* do aparato burocrático e das modernas ferramentas de política macroeconômica criadas anteriormente pelos Estados para viabilizar a “repressão financeira”. Além deste papel ativo, a desregulamentação financeira somente se concretizou porque, no momento decisivo (na década de 70 e 80), induzidos por Washington, os Estados centrais *abdicaram* dos mecanismos de controle a sua disposição (cf. Helleiner, 1994, p. 8-12). No sistema financeiro internacional as não-ações dos Estados muitas vezes são mais significativas do que as decisões positivas (i.é., as políticas de intervenção ou regulação). E, mesmo que um conjunto significativo de Estados queiram impor sanções à finança privada, a simples inação do Estado dominante geralmente é suficiente para destruir as tentativas de regulação (cf. Strange, 2009, p. 26).

O ponto fundamental é que, por conta deste ambiente mais descentralizado e menos propenso ao controle direto dos Estados, a liberdade de ação das grandes corporações aumentou significativamente, permitindo a concentração de sua atuação *nas formas mais abstratas de propriedade* e nas atividades intensivas em capital tais como, por exemplo, a ciência aplicada, bem como a gestão de ativos e de processos.

⁽³³⁾ Nisto, Samuel Huntington foi taxativo: “As raízes principais da revolução nas organizações transnacionais se encontram na sociedade americana e na expansão global dos Estados Unidos durante as duas décadas posteriores à II Guerra Mundial. Isto não quer dizer que as organizações e operações transnacionais foram criadas apenas por americanos. Mas significa que a proliferação das operações transnacionais nos últimos anos foi inicialmente e predominantemente um fenômeno americano. As organizações transnacionais, em grande medida, desenvolveram-se a partir de organizações nacionais americanas (governamentais e não governamentais) ou a partir de organizações internacionais onde os americanos exerciam o papel principal” (1973, p. 342).

Por conta desta especialização, as demais funções tenderam a serem desempenhadas por outras empresas, de escopo local ou regional, subordinadas institucionalmente ou presas às grandes corporações pelo fio do crédito ou, de forma ainda mais sutil, por intermédio das especificações técnicas e de qualidade embutidas nos contratos de produção³⁴.

Portanto, a *articulação* entre os novos produtos e títulos financeiros, a tecnologia da informação e a produção fragmentária automatizada acentuou ainda mais as características do que - com um pouco de exagero - se convencionou denominar por “revolução gerencial”: a separação entre a propriedade do capital e a gestão foi intensificada, promovendo uma mudança qualitativa que, dentre outras determinações, situou a lógica financeira *como o modo de ser da riqueza contemporânea* (Braga, 2000, p. 271-272). Assim, na mesma medida em que as relações de propriedade se interpenetraram pela teia da financeirização, a produção transnacional produziu um movimento similar que espalhou internacionalmente a estrutura piramidal de gestores e burocratas das grandes corporações. Desse modo, a centralidade do patrimônio e da variação da riqueza na determinação do gasto acoplada à expansão do consumo é um aspecto decisivo na legitimação social da ordem neoliberal. A ampliação das ocupações e a diversificação das atividades gerenciais produziu uma identidade de interesses entre os proprietários das empresas e os funcionários de alto escalão. De forma complementar, os novos produtos financeiros estenderam os benefícios da nova ordem aos demais cidadãos com renda suficiente:

As classes altas e médias passaram a deter importantes carteiras de títulos e ações, diretamente, mas, sobretudo, através de cotas em fundos de investimentos, de fundos de pensão e de seguro. O patrimônio típico de uma família de renda média passou a incluir ativos financeiros em proporção crescente, além dos imóveis e bens duráveis, o que altera substantivamente a distribuição de renda entre salários e rendas provenientes de ativos financeiros (Tavares; Belluzzo, 2004, p. 126).

Em resumo: foi este conjunto amplo e intrincado de determinações cruzadas que possibilitou a dominância financeira.

⁽³⁴⁾ Esse ponto merece destaque: além da alta gerência e do crédito, as matrizes desenvolveram *novas formas de subordinação* de suas filiais e demais parceiros econômicos: as rigorosas especificações técnicas que, ao mesmo tempo em que permitem o desmembramento espacial das diversas fases da produção, garantem o controle a partir do centro gerencial/ financeiro.

E, evidentemente, estas transformações se entremeiam de forma complexa na vida social. *Colateralmente*, por conta de seus hábitos de consumo suntuosos, a classe proprietária transnacional, os grandes gestores e seus funcionários mais graduados acabaram produzindo outro pilar conservador no interior das sociedades em que penetraram: o amplo e variado setor de serviços pessoais - com destaque para os mais luxuosos - que movimenta uma parcela considerável da riqueza mundial³⁵. Enfim: a produção transnacional e a financeirização produziram uma relação sinérgica com uma tendência crescente à diversificação do consumo como meio de distinção social que *redefiniu* o papel de boa parte da classe média, convertendo-a em um espalhafatoso grupo de estafetas de luxo, destinados a prover, de forma resignada e subserviente, as extravagâncias dos muito ricos e, ao mesmo tempo, ampliar a cesta de consumo dos setores mais abastados da classe média³⁶. Não é de se estranhar, portanto, porque a reação conservadora teve tanto sucesso. A política financeira agressiva dos EUA, em conjunto com as transformações na organização da grande empresa e dos padrões de comércio internacional gerou ressonância no interior das sociedades centrais e em parte das elites dos países periféricos mais dinâmicos. Os interesses da classe proprietária transnacional se mesclaram aos de seus serviços mais destacados em pontos muito precisos: i) a concentração de renda mediada pelo consumo conspícuo, base de toda esta forma de sociabilidade; ii) a desregulamentação financeira e a expansão do crédito, que possibilitou às classes médias incorporarem ativos financeiros ao seu patrimônio; iii) um sistema fiscal baseado no deslocamento dos impostos da cúpula para a base da sociedade; iv) a contenção da inflação e a “disciplina” fiscal do Estado, elementos essenciais para garantir a estabilidade da riqueza patrimonial; v) privatização seletiva: a esfera privada investe nas atividades sob domínio público mais lucrativas e transfere o

⁽³⁵⁾ A questão fundamental não repousa - ou pelo menos não principalmente - no peso econômico específico dos provedores de serviços pessoais, *mas sim o seu papel político, que deriva do modo como eles se incrustam nas redes plutocráticas*: são forças essencialmente conservadoras. Isto por dois motivos. O mais superficial deriva da tendência à emulação dos padrões de consumo e dos estilos (e preconceitos) sociais dos seus patrões. O segundo, mais importante, é que, por conta da sua heterogeneidade e dependência de aceitação em um círculo social restrito, não possuem nenhum tipo de poder de contestação social ou de mobilização política ampla.

⁽³⁶⁾ Esse padrão forma uma circularidade curiosa: as redes de clientela se desdobram internamente, pois os estafetas de destaque possuem renda suficiente para contratar seus congêneres de outro ramo, e isto gera uma rede cruzada de indicação que vai gerando grupos relativamente coesos, baseados no compadrio. Logo, isto cristaliza interesses particularistas que, no limite, são hostis a qualquer orientação genuinamente democrática.

ônus das atividades menos rentáveis para o Estado. Ao interagirem, estas três últimas características fundamentam o monocórdico discurso sobre a *ineficácia* do Estado e a virtuosidade do empreendedorismo.

3.2 A Redefinição da Geografia Econômica e a ascensão chinesa

O desdobramento das tendências acima discutidas implicou, por parte dos grandes capitalistas sediados nos países desenvolvidos – com o apoio de Washington – um duplo padrão de investimento na década de 1990: i) uma pressão pela abertura financeira na América Latina, comandada por uma lógica patrimonial que envolveu a aquisição de empresas públicas e privadas ligadas sobretudo ao setor de serviços e utilidades públicas. Este movimento se deu em congruência com o bloqueio à capacidade do Estado gerir ativamente a política econômica e, desse modo, fomentar o desenvolvimento (um papel que, de acordo com a nova ideologia, caberia às forças impessoais do mercado desregulado), bem como articulou o seu potencial de endividamento à capacidade de captar crédito privado (Carneiro, 2007) e ao poder de veto dos mercados financeiros (Belluzzo, 1995, p. 19); ii) o deslocamento dos investimentos produtivos (I.D.E.) para a Ásia, sobretudo para a China, fato que remodelou as antigas cadeias produtivas: a China tornou-se o elo final de uma vasta rede de exportação orientada para o mercado dos EUA e dos países centrais que, para poder funcionar, demanda peças e componentes dos demais países asiáticos e recursos naturais da América do Sul e da África. O resultado deste padrão foi a cristalização de um novo nexos dominante na economia internacional: a sinergia entre a economia dos EUA e da China e suas externalidades³⁷. O barateamento das mercadorias produzidas na Ásia favoreceu a redução da inflação dos EUA e, simultaneamente, garantiu a fúria consumista das famílias estadunidenses. Na outra ponta, as reservas em dólar acumuladas na China fecham o circuito, pois permitem o financiamento do déficit dos EUA, mediante a compra de títulos públicos e demais

⁽³⁷⁾ De uma perspectiva asiática, a princípio, a China parecia atuar de forma extremamente predatória ao penetrar no mercado dos EUA, deslocando os demais produtores asiáticos. Mas, sobretudo depois de 2001, as cadeias produtivas se reconfiguraram: “Assim, se a China como produtor mundial de produtos de TI e bens de consumo industriais para os mercados ocidentais – o primeiro pólo – deslocou produtores asiáticos, a China enquanto grande mercado interno em expansão – o segundo pólo – tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. (...) Essa mudança no comércio regional começou por alterar a dinâmica do crescimento asiático centrada nos EUA como mercado final e fez da China uma máquina do crescimento regional e de sua estabilização” (Medeiros, 2006, p. 382).

ativos financeiros por parte de Pequim. Além disto, os chineses podem utilizar seus dólares para comprar empresas estrangeiras e ampliar o controle direto da China sobre recursos naturais na periferia, essenciais para suportar o seu crescimento.

Contudo, antes de aprofundar este aspecto, para melhor compreender a natureza e as implicações do vínculo sino-americano, é necessário salientar as determinações mais gerais que o condicionaram. A ascensão chinesa não seria possível sem ter em mente as transformações estruturais que já esboçamos, dentre as quais podemos salientar *a crise momentânea da liderança dos EUA no bloco capitalista*, a deslegitimação dos movimentos de massa dos trabalhadores, das políticas estatais desenvolvimentistas e, por fim, a erosão gradual dos parâmetros básicos que fundamentavam a Guerra Fria. Na passagem dos anos 60 para os 70 a rivalidade econômica entre os EUA, Japão e Alemanha se intensificou radicalmente, fato que *acelerou* as transformações da economia mundial, das quais devemos destacar: 1) a crise do regime de acumulação fordista: o modelo anterior de gestão da produção fundamentado nas grandes corporações alicerçadas na integração vertical tendeu a ser substituído por um regime de acumulação mais flexível, baseado em redes de produção e distribuição difusas, fundadas na subcontratação, gerando cadeias produtivas que rapidamente assumiram uma dimensão transnacional (Arrighi, 1996, p. 358-359; Cox, 1996, p. 107-113); 2) Um *incremento da regionalização*: a fase final da Guerra Fria³⁸ foi marcada por um notável impulso aos “sistemas regionais” que não somente se multiplicaram em número, como também apresentaram uma gigantesca variedade de formas e tipos³⁹. No entanto, a trajetória da China foi mais diretamente influenciada por um movimento peculiar do Japão e da Alemanha no final dos anos 70, com ramificações na década posterior: o esforço para criar ordens regionais

⁽³⁸⁾ Este tema é bastante polêmico. No entanto, entre os cientistas políticos, as interpretações sobre este fenômeno tendem a variar entre três argumentos básicos: i) na realidade, o processo de intensificação dos sistemas regionais teve início *já no imediato pós-II Guerra Mundial*, mas foi ofuscado pela estrutura bipolar da Guerra Fria. A dissolução do sistema bipolar deslocou estes processos para o primeiro plano, assim como evidenciou os “novos temas” da política internacional. ii) o incremento dos sistemas regionais é fruto da decomposição da capacidade de liderança dos EUA e da URSS sobre as suas respectivas áreas de influência (logo, de acordo com esta variante, o regionalismo *acelerou* o fim da Guerra Fria). iii) os sistemas regionais são um produto da “globalização”: um movimento *defensivo* por parte dos Estados (que se associam para resistir melhor ao capital transnacional) ou, inversamente, para alguns liberais, uma etapa intermediária para a total integração do planeta. Na realidade, este terceiro argumento pode combinar-se com os dois anteriores. Para uma visão crítica desta discussão, ver Mittelman (2000).

⁽³⁹⁾ Sobre a ampla variedade dos sistemas regionais ver Hurrell (1995b). Quanto à polêmica sobre o “novo regionalismo”, ver: Hurrell (1995a); Krasner (1983).

próprias (isto é, desvinculadas das redes de clientela dos EUA)⁴⁰, através de uma combinação entre investimentos diretos externos, negociações com fornecedores de matérias primas e redes internacionais de distribuição. (cf. Ciccantel, 2009, p. 114-126; Arrighi, 2009, p. 34-35; Gilpin, 2001 cap. 7).

Como era de se esperar, estas determinações gerais produziram efeitos particulares, de acordo com as características e a conjuntura em cada região. Para compreender o movimento geral, entretanto, é necessário retroceder um pouco no tempo. Na fase inicial da Guerra Fria o Leste Asiático possuía pelo menos duas características que, *combinadas*, ajudam a explicar a sua trajetória econômica singular: a importância geopolítica, percebida por Washington como fundamental e um estoque de mão de obra dócil e barata, de origem rural, porém adaptada ao trabalho intensivo (rizicultura). A combinação destes elementos se deveu aos movimentos articulados da política e da economia. A Revolução Chinesa (1949) e a Guerra da Coreia atraiu a atenção de Washington para a região que, para evitar a disseminação do comunismo, além do apoio militar e financeiro, proporcionou aos seus estados-clientes asiáticos o acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos. Esse vínculo teve duas implicações: i) no *longo prazo*, favoreceu a adoção de uma estratégia de desenvolvimento fundada no crescimento orientado para as exportações; ii) quando a competição se intensificou no bloco capitalista na década de 1970, isto é, quando a reestruturação da geografia econômica começou a ganhar contornos mais definidos, os países do leste asiático foram o destino preferencial do *outsourcing* produtivo oriundo do centro do capitalismo.

A diferença nas trajetórias dependeu, em grande medida, das circunstâncias e das peculiaridades de cada país. Enquanto a China ainda se encontrava isolada do bloco capitalista, os “Tigres asiáticos” podiam explorar a sua aliança com os EUA

⁽⁴⁰⁾ Estes movimentos tendem a serem vistos como um ato de rebeldia contra os EUA. Isto é apenas parcialmente verdadeiro, pois as conquistas no campo econômico não se traduziram em vantagens geopolíticas significativas. Pensando sobretudo no plano interestatal, Peter Gowan ressalta corretamente que os principais rivais *econômicos* dos EUA na década de 1970 e 80 eram *politicamente* frágeis: foi a assistência dos EUA que possibilitou a ressurreição do capitalismo Japonês e Alemão [e a invenção do capitalismo Sul Coreano] que, por conta disto, rapidamente, se converteram nos eixos industriais de suas respectivas regiões, e, também nos principais concorrentes dos EUA nos setores de ponta da produção industrial. Contudo, “(...) eles eram os mais fortemente controlados [pelos EUA] e dependentes no campo político, pois como quase-protetorados eram mais suscetíveis à pressão política americana” (Gowan, 2003, p. 35). No curto prazo, não há nenhuma pressão significativa para que estes países convertam seu poder econômico em poder militar: uma pressão desta natureza seria um indício de grave - e provavelmente irreversível - deterioração da ordem vigente.

para prosperar. Além disto, quando a liderança dos EUA passou a ser contestada na década de 1970, o papel do Japão na região se intensificou. O capital japonês se projetou sobre o leste asiático, estabelecendo uma rede de produção e de subcontratação onde os japoneses se especializaram nas etapas ou produtos de maior valor agregado, enquanto os demais Tigres se encarregavam das etapas mais elementares, criando desse modo uma cadeia de produção articulada e relativamente coesa, de lógica essencialmente regional, porém, orientada para disputar os mercados internacionais mais dinâmicos (Arrighi, 2009, p. 31-37). No entanto, a projeção do Japão sobre o leste asiático era apenas um dos pólos de uma relação mais ampla, cujo vínculo decisivo na década de 1980 era com os Estados Unidos. As políticas de Reagan simplesmente *ampliaram* a complementaridade entre a economia japonesa e a estadunidense, a ponto de popularizar momentaneamente o neologismo economia “*nichibei*”, utilizado pela revista *The Economist* e, no calor dos acontecimentos, prontamente incorporado por Robert Gilpin

A crescente cooperação entre essas duas economias passou a ser um dos traços predominantes da economia mundial contemporânea. Em termos de comércio, produção e finanças essas economias são cada vez mais interdependentes. Com a política econômica do governo Reagan e a transformação dos Estados Unidos em país devedor, a criação da economia *nichibei* – nipo-norte-americana – deu-se com extraordinária rapidez. Ao representar 30% da produção mundial, esse vínculo por meio do Pacífico tomou o lugar preeminente da anterior relação entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental (Gilpin, 2002 [1987], p. 22)⁴¹.

Não é nenhum exagero afirmar que a meteórica ascensão japonesa foi impulsionada pelos EUA, inicialmente por conta de seus interesses estratégicos mais imediatos. Uma vez reconstruído, na década de 1980, o Japão ensaiou uma rebeldia, mas ela foi massacrada pela combinação entre a primazia do dólar na economia mundial e a preponderância militar dos EUA.

Outro fenômeno ajuda a explicar o enfraquecimento da posição japonesa: a ruptura sino-soviética e a crescente *parceria* entre os EUA e a China. Os primeiros

⁽⁴¹⁾ No mesmo livro, há uma passagem bastante elucidativa: “A relação especial nipo-americana, que já identificamos como economia *nichibei*, é muito delicada. É alimentada pela necessidade de os Estados Unidos importar grandes montantes de capital para financiar seu déficit orçamentário; e também pelo uso do mercado norte-americano pelos japoneses como fonte de lucros extraordinários, solução para o problema potencialmente sério de desemprego elevado em algumas das suas indústrias fundamentais, e uma alternativa para as reformas abrangentes que precisariam fazer na sua economia, excessivamente dependente das exportações” (Ibid, p. 414-415).

movimentos foram eminentemente diplomáticos⁴², porém, a aproximação política acabou produzindo laços econômicos crescentes, onde o interesse estratégico de Washington se combinou com os interesses das grandes corporações em alargar ao máximo a sua zona de penetração, principalmente em mercados potenciais ainda pouco explorados, com mão de obra abundante e passível de ser integrada às suas unidades produtivas. O ponto a ser destacado é que, neste momento, a China tomou um impulso tanto do Japão quanto dos EUA para concretizar o seu projeto nacional de desenvolvimento. Os investimentos japoneses e a assistência técnica das empresas siderúrgicas nipônicas (particularmente da Nippon Steel) foram vitais para estimular a indústria de aço chinesa, bem como para modernizar a sua estrutura de transportes e demais fontes de matérias primas. Washington, por sua vez, apoiou a modernização militar chinesa e, ao estender a Pequim a cláusula de Nação mais Favorecida, começou a atrair a China para o seu cobiçado mercado interno (Ciccantell, 2009, p. 124). Em suma: a atual articulação entre a China e os EUA é fruto de um processo sinuoso, inicialmente imprevisível, mas que foi se consolidando em sincronia com as turbulências e transformações que marcaram o apogeu do neoliberalismo. Entretanto, como veremos em seguida, este padrão de relacionamento está ameaçado por um conjunto de contradições que se manifestam tanto no plano mais geral da economia, quanto no interior destas duas sociedades.

4 As contradições na articulação sino-americana

Embora consista em um dos principais alicerces da ordem mundial contemporânea, a articulação sino-americana não é completamente virtuosa. Ela desencadeou dois *efeitos imediatos* que estão na raiz da crise mundial vigente: i) No que diz respeito aos EUA, este padrão de relações tem diversos efeitos negativos importantes. Em primeiro lugar, estimula o deslocamento do investimento produtivo para o exterior, que se manifesta em sincronia com o fomento à expansão financeira e

⁽⁴²⁾ De uma perspectiva política, a aproximação entre os EUA e a China ocorreu por conta de um conjunto muito peculiar de circunstâncias. A rebeldia dos seus aliados-rivais na Europa Ocidental – não só a aberta dissidência francesa, mas também a pressão econômica alemã – e em um momento de incerteza favoreceu a busca de novas parcerias. Além disto, a derrota no Vietnã alimentou o temor de um efeito dominó na Ásia, que podia ser capitaneado pela China que, após romper com Moscou, passou a criticar abertamente a *détente* como um conluio entre Moscou e Washington para bloquear o desenvolvimento do terceiro-mundo. Em um aparente paradoxo, a retomada do antagonismo entre os EUA e a URSS – a “Segunda Guerra Fria” (Halliday, 1986, p. 10-23; Hobsbawm, 1994, p. 238-248) fortaleceu ainda mais a aproximação com a China. Manter relações diplomáticas e econômicas com a China passou a ser um trunfo importante, pois a nova parceria com Pequim passou a ser usada como um contrapeso a Moscou e também ao Japão, no momento em que este ousou desafiar a ordem americana.

do crédito, favorecendo deste modo o surto de bolhas especulativas. Outra tendência importante é a redução do emprego industrial e a hipertrofia do setor terciário, que passa a ser *complementado* pelo peso crescente dos serviços de luxo e entretenimento. O resultado final destas tendências é a deterioração das condições de trabalho (precarização, tendência involuntária ao emprego em tempo parcial, etc.). ii) A primeira vista, esta simbiose confere muito poder ao governo chinês, na medida que eleva a sua capacidade de controle sobre os seus parceiros asiáticos e, em menor grau, sobre os exportadores de commodities e energia. Mas, ao mesmo tempo, aprisiona o país a um padrão de crescimento fortemente dependente dos mercados consumidores desenvolvidos e dos serviços financeiros dos bancos americanos para administrar suas reservas. Logo, o problema maior está na *combinação* entre estes dois efeitos que, na realidade, engendrou uma armadilha que dificilmente pode ser desarmada sem transformar a ordem internacional vigente. A grande magnitude das reservas em dólar nas mãos do governo chinês, a despeito das recentes diatribes das suas autoridades contra o dólar fiduciário, é um dos alicerces da arquitetura financeira atual. Qualquer movimento *significativo* de Pequim no sentido de diversificar suas reservas poderia gerar uma fuga generalizada do dólar, seguida pela desestabilização dos mercados dos títulos da dívida pública dos EUA, comprometendo deste modo suas reservas internacionais (James, 2009, p. 31) e, portanto, ameaçando a sua via atual de desenvolvimento (Murphy, 2006, p. 60-61). Em suma: a China *ainda* não tem força suficiente para conduzir a mudança para outro *tipo de sistema*, isto é, baseado na elevação da governança global e no controle das poderosas forças de fragmentação libertadas pela reação conservadora⁴³. No máximo, nas circunstâncias atuais, as autoridades chinesas podem produzir uma hecatombe financeira que destruiria seus recursos de poder⁴⁴.

(43) Indiretamente, o sucesso da política econômica chinesa – fundamentalmente diversa dos preceitos neoliberais – está alimentado a discussão sobre a necessidade de elevar a regulação sobre o sistema financeiro internacional e os movimentos de capitais, isto é, o chamado “Consenso de Pequim”. Mas, paradoxalmente, isto inviabilizaria a atual configuração do seu modelo de crescimento: Pequim explorou com habilidade a tendência à abertura econômica e desregulamentação gerada pela consolidação do neoliberalismo. Uma ordem mundial mais regulada ao estilo de Bretton Woods, exigiria *outra estratégia geral*, que demandaria uma reconfiguração radical da sociedade chinesa. Não por acaso, como veremos, este é um dos eixos fundamentais do debate sobre o futuro imediato da sociedade chinesa.

(44) A orientação da política externa chinesa é, na realidade, bastante convencional, pois reflete as concepções clássicas do “sistema de Westfalia”: uma orientação pragmática, balizada pelo equilíbrio de poder e uma defesa intransigente da não interferência nos assuntos internos. Logo, o horizonte dos chineses tem como base mais o passado imediato do que uma eventual ordem mundial realmente nova.

4.1 As contradições na Sociedade Chinesa

Ao contrário do que boa parte dos observadores externos costumam salientar, há muita preocupação entre os chineses no que diz respeito à sustentabilidade no *longo prazo* da sua via de desenvolvimento (Hung, 2009, p. 190-191; Medeiros, 2010, p. 1-7). O eixo central do debate diz respeito às bases do crescimento e, naturalmente, sobre as medidas a serem tomadas para enfrentar as turbulências geradas pela crise econômica atual. Um aspecto, contudo, é indubitável: mesmo se levarmos em conta as transformações “liberalizantes” na década de 1980, o PC Chinês manteve sob suas mãos a capacidade de exercer forte liderança sobre os rumos da economia nacional e, também sobre a sua esfera regional (Medeiros, 2006, p. 383-388). No entanto, o Estado não é uma entidade abstrata, dotada de racionalidade própria, capaz de agir isoladamente das forças sociais da qual, na realidade, é uma emanção. De uma perspectiva interna, o padrão vigente favorece desmesuradamente a posição das elites urbanas exportadoras situadas na costa meridional chinesa, em detrimento da vasta população rural e dos trabalhadores, que somente colhem os efeitos residuais do crescimento econômico chinês. A competitividade da China, em grande medida, está vinculada à intensificação das disparidades regionais (fruto da autonomização política das províncias que concorrem entre si para receber investimentos estrangeiros (Medeiros, 2010 p. 12)) e a um êxodo rural sistemático, que barateia a mão de obra nas cidades e nas grandes unidades produtivas que floresceram nos anos 80 e 90. Assim, foram exatamente os efeitos sociais da *descentralização* administrativa – isto é, a *degradação* do campesinato e do trabalho – que ajudam a explicar a capacidade da China atrair investimentos produtivos do exterior, combinados aos maciços investimentos públicos em infraestrutura implantados na década de 1990, orientados em torno de uma política industrial e tecnológica que se mostrou capaz de transformar substancialmente a estrutura industrial chinesa e, sobretudo, o seu papel regional (Nolan, 2001).

Quanto à inserção internacional, a trajetória chinesa foi bastante singular. Enquanto a China esteve *isolada* do Ocidente, as prioridades internas eram distintas. No período maoísta, as diretrizes básicas da política econômica envolviam o *bloqueio à concentração fundiária*, a redução das desigualdades e a criação de mecanismos destinados a conter a disparidade regional (e, principalmente, entre os núcleos urbanos e o campo). Uma das políticas mais importantes foi o fomento ao desenvolvimento de atividades manufatureiras associadas às famílias e comunidades

camponesas. O PC Chinês apoiava ativamente os empreendimentos rurais e, simultaneamente, impunha restrições, sempre no sentido de impedir a concentração das propriedades e o aumento da escala de operações. Como exemplo, podemos citar a limitação ao número total de trabalhadores contratados (máximo de 7, geralmente da mesma família) e, principalmente, restrições à venda e ao aluguel das terras. O ponto relevante é que já existia uma desigualdade muito grande entre as condições urbanas - particularmente as cidades costeiras, que contavam com ligações com a "diáspora chinesa" (cf. Arrighi, 2009 p. 37-39) - e rurais. E nem mesmo a ação deliberada do PC Chinês foi capaz de atenuá-la. Logo, a mudança de orientação na política econômica, isto é, a promoção da descentralização administrativa e a retirada dos bloqueios à concentração de terras e de rendimentos, por si só, liberou as tendências anteriormente contidas, resultando na concentração de recursos nas cidades e na ruína do campo, a qual detonou a evasão rural e promoveu uma queda generalizada dos salários. O lance derradeiro ocorreu no início dos anos 90, quando Deng Xiaoping passou a promover enfaticamente as grandes empresas orientadas para a exportação, encorajando, portanto, a exacerbação da desigualdade e o colapso definitivo da antiga organização rural.

Logo, a aproximação estratégica com os EUA e a articulação com Taiwan - mediante a política "Um país, dois sistemas"- situou a China em uma posição privilegiada para receber os investimentos provenientes do exterior:

A habilidade chinesa de se converter em uma versão extrema do modelo asiático de crescimento orientado pra exportações nas últimas três décadas apoiou-se na conjuntura global e na política econômica nacional do PCC. Primeiramente, a decolagem do setor chinês intensivo em trabalho coincidiu com uma expansão sem precedentes do comércio livre global (...). Se não fosse o *outsourcing* industrial do Norte global e seu apetite por manufaturados importados de baixo custo, o PCC se veria impedido de criar a sua via para a prosperidade. E o que é mais importante, a competitividade excepcional da China é amplamente baseada na prolongada estagnação dos salários industriais em comparação com outros países asiáticos de estágios equivalentes de desenvolvimento (Hung, 2009a, p. 10).

O colapso da economia camponesa ajuda a explicar o baixo nível dos salários, o qual, dentre outros motivos, eleva a competitividade da China. Ao contrário do que costumam sustentar os economistas mais afoitos, a questão cambial - a

desvalorização do Yuan – não é o fator decisivo⁴⁵. Ao mesmo tempo, o constante aporte de pessoas do campo às cidades – a famigerada “oferta ilimitada de trabalho” – não deriva de alguma característica distintiva da estrutura populacional chinesa que não pode ser revertida, mas sim de um efeito de *políticas econômicas deliberadas*, que tinham como objetivo fomentar o setor exportador (Hung, 2009a, p. 10-11).

Aqui tocamos em um ponto sensível. Há uma gigantesca polêmica sobre a base real do crescimento chinês. De um lado situam-se os intérpretes que atribuem às exportações a chave para o crescimento chinês recente. É importante notar que, a despeito da ênfase no papel das exportações, as interpretações derivam de vertentes teóricas extremamente diversas, com prognósticos antagônicos. Em outro extremo podemos encontrar explicações que não negam o peso das exportações, mas que situam a força motriz do dinamismo nos *investimentos internos*, isto é, como uma decorrência do grande bloco de investimentos comandados pelo setor público a partir da década de 90, que privilegiou os setores intensivos em capital (infraestrutura, principalmente a construção civil e autoestradas) e a indústria pesada (siderurgia, química pesada, alumínio etc.). Essa polêmica é extremamente relevante mas, dados os nossos propósitos, como veremos, podemos passar ao largo

⁽⁴⁵⁾ Mesmo com uma valorização de 30% do Yuan frente ao dólar, os salários na China seriam muito menores do que os de seus vizinhos asiáticos com as mesmas qualificações (Hung, 2009a, p. 10). Mas, além disto, as relações comerciais entre os EUA e a China são prioritariamente *relações entre empresas transnacionais*, fato que reduz enormemente o efeito do câmbio na determinação dos fluxos comerciais. Essa disputa em torno dos *efeitos comerciais* do câmbio funciona mais como uma cortina de fumaça do que uma questão de política econômica real. Como é sabido, os chineses contra-atacam, sustentando que a desvalorização do dólar é fruto de uma política monetária excessivamente expansionista *por parte dos EUA* e que, como eles possuem imensas reservas em dólar, são prejudicados com a desvalorização do dólar. O motivo central do problema é outro: a centralização cambial é um instrumento vital de política econômica, que garante à China uma significativa capacidade de resistência às pressões do mercado internacional: “A pressão americana exerce-se essencialmente contra a centralização cambial e a política de compra de reservas do Banco central chinês que impedem que o RMB se valorize com o acúmulo dos fluxos líquidos de capitais. Tendo em vista a elevada participação de depósitos em moeda estrangeira no sistema bancário chinês a resistência chinesa em alterar seu regime cambial deve-se ao temor de que a liberalização financeira provoque pressões especulativas introduzindo uma restrição à autonomia da política monetária chinesa” (Medeiros, 2006, p. 384). Sobre os raios de manobra da política monetária chinesa, ver também Carneiro (2010a, p. 10-13

dela: para discutir as contradições da sociedade chinesa é perfeitamente possível explorar os pontos de convergência da controvérsia⁴⁶.

Independentemente da indução principal do crescimento - “export led” ou “crescimento liderado pelos investimentos” - o papel exercido pela *rivalidade* entre as províncias chinesas deve ser destacado. Nas reformas dos anos 80 a descentralização fiscal *reforçou* o poder dos quadros políticos locais, em detrimento da capacidade de coordenação do governo central. A reforma do sistema fiscal reduziu a parcela dos impostos que os vários níveis de governo local - das províncias às prefeituras - tinham de transferir para o Governo Central. Isso deu uma capacidade maior de gerir recursos para os quadros políticos locais:

Esta política de descentralização fiscal transformou os governos locais em entidades fiscais independentes com uma capacidade sem precedentes de utilizar os impostos que coletavam. Esta política enfraqueceu consideravelmente a capacidade fiscal do governo central. O Estado chinês é incapaz de controlar os recursos extra-orçamentários dos governos locais, e sua parcela relativa dos rendimentos fiscais decresceu a ponto de o poder central perder a capacidade de controlar efetivamente a vida econômica chinesa (SO, 2009, p. 51-52).

Desse modo, a competição acirrada entre as províncias para atrair o capital estrangeiro contribuiu para deteriorar ainda mais os salários e, também, encorajar o excesso de investimentos: a disputa provincial produz investimentos redundantes que reforçam a dependência chinesa dos mercados externos. Antes da crise de 2007, isto é, enquanto a economia mundial esteve acelerada pela expansão da riqueza mobiliária, a elevada capacidade ociosa de diversos setores da economia chinesa (tais

⁽⁴⁶⁾ O próprio Medeiros, ao fazer uma excelente síntese da discussão, salienta uma série de convergências: “Estas duas interpretações se entrecruzam e chegam a algumas proposições semelhantes ainda que por distintas razões. Com efeito, segundo a primeira abordagem, a capacidade exportadora chinesa decorreu de elevada expansão dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) voltados ao mercado americano, aumentando substancialmente a taxa de investimento. Para a segunda abordagem, foram os investimentos das empresas estatais em setores intensivos em capital que juntamente com os investimentos estrangeiros criaram as condições para a expansão da capacidade produtiva e para o aumento das exportações. Reduzir a dependência aos mercados externos através de uma maior expansão dos mercados internos seria, de acordo com a primeira interpretação, o desafio crucial do padrão de desenvolvimento chinês. Por outro lado, reduzir o presente saldo comercial que a China possui com os EUA diminuiria os conflitos comerciais e as pressões americanas sobre a política macroeconômica e o regime de comércio chinês com efeitos positivos para o crescimento de ambas as economias. Mudar a composição da demanda através de uma maior expansão do consumo das famílias, maior expansão das indústrias intensivas em mão-de-obra e mais equânime distribuição de renda seria também, na segunda interpretação, o desafio principal para a sustentação do crescimento no contexto atual” (Medeiros, 2010 p. 6).

como, por exemplo, aço, cimento e construção civil) não foi um problema tão grave – na realidade, representou uma vantagem para penetrar nos mercados desenvolvidos. A situação mudou radicalmente agora, sobrelevando a inadequação da estrutura institucional criada nas duas últimas décadas, que dificulta a integração nacional efetiva⁴⁷. Como já aponte, a organização institucional legada por Deng Xiaoping fortaleceu demais os quadros locais – devido ao reforço dos seus privilégios políticos – criando uma rede de clientela no entorno das empresas públicas e gerando uma propensão a criar empreendimentos oportunistas de curto prazo, financiados em grande parte pelos bancos públicos. No entanto, longe de expressar uma “irracionalidade”, este padrão de comportamento tem uma função social:

O motivo que explica os bancos estatais concederem empréstimos para manter em atividade empresas públicas não-lucrativas é preservar a estabilidade social e política, possibilitando demissões [relativamente] lentas nestas unidades. Além disto, estes empréstimos são feitos em benefício dos poderosos locais, que possuem uma influência gigantesca sobre as subsidiárias locais dos bancos estatais e são inclinados a alimentar os surtos de investimentos locais para promover figuras locais e promover ganhos fiscais de curto prazo. Estes empréstimos se convertem em canais onde os recursos são redistribuídos das unidades produtivas lucrativas, que depositam seus rendimentos nos bancos e pagam impostos para o governo, para as unidades deficitárias (Hung, 2009, p. 192-193).

Até o momento, foi o crescimento acelerado da China e da economia mundial, bem como a repressão sanguinária às manifestações dos trabalhadores e camponeses que possibilitou a manutenção da estabilidade de uma sociedade tão repleta de contradições.

O reforço dos quadros locais e suas consequências (corrupção, apadrinhamento etc.), a extroversão do crescimento e as dificuldades em integrar efetivamente a economia nacional configuram problemas significativos, difíceis de serem transpostos no curto prazo. No entanto, algumas transformações econômicas recentes, associadas a iniciativas do PC Chinês podem mitigar as tendências que discutimos. A importância do mercado interno chinês para o crescimento e para a atração de investimentos cresceu nos últimos anos. Contudo, este movimento

⁽⁴⁷⁾ “O excesso de capacidade ociosa é exacerbado pela falta de mobilidade geográfica e intersetorial das empresas domésticas, fato que aumenta sua propensão a investir em locais e setores já saturados. De um lado, muitos governos provinciais e municipais ergueram barreiras protecionistas contra investimentos de outras províncias ou cidades. Isto fragmentou a economia nacional e constrangeu a expansão virtuosa e a consolidação do capital nacional, criando a moléstia um país, trinta e duas economias [a expressão é de Huang Yasheng]” (Hung, 2009b, p. 192).

acentuou a tendência à descentralização administrativa, ao mesmo tempo em que deu ainda mais força à expulsão de braços do campo via urbanização acelerada, preservou o excesso de capacidade ociosa e elevou o consumo de energia (que se explica, predominantemente, pelo pesado bloco de investimentos públicos na indústria pesada), criando *outra forma de dependência do exterior* (Medeiros, 2010, p. 10-14). O acréscimo da demanda por energia é particularmente grave por conta de suas implicações geopolíticas. O dúbio conceito de segurança energética tem sido usado recorrentemente como uma justificativa para os investimentos na marinha realizados por Pequim. E é exatamente esta questão que gera atritos constantes com Washington e produz ressonância na imprensa dos EUA (Arrighi, 2008. p. 288-292; 304-9). Em resumo: para reverter esta dependência dos EUA, os chineses teriam de promover uma gigantesca transformação social, baseada na elevação do consumo interno, mediante *reformas no campo capazes de conter o sistemático êxodo rural*. Trata-se, portanto, de alterar uma correlação de forças sociais firmemente estabelecida interna e *externamente*: esta elite exportadora/credora possui uma relação simbiótica com a classe dominante nos EUA que, amparada na produção barata realizada a seu comando na Ásia, assegura a sua posição social mediante a elevação dos padrões de vida (i.é. consumismo) dos cidadãos americanos (Hung, 2009a p. 23-5).

4.2 As contradições na Sociedade Americana e suas implicações para a economia política mundial

A despeito de seu gosto pelo exótico, acentuado pelo recurso eventual à antropologia e à psicanálise barata⁴⁸, Emmanuel Todd fornece uma chave importante

⁽⁴⁸⁾ A tentativa de transpor os modelos psicanalíticos para ciência social é uma relíquia da década de 1960, fomentada em grande medida pelos franceses, mas que respingou também no resto do mundo. Todd, em alguns pontos de seu livro, não somente tenta fazer reviver esta quimera, como transpõe sem mediações esta problemática para a política internacional, mesclando o tema com uma alegada centralidade dos códigos familiares na determinação do movimento da sociedade (cf. Todd, 2002 p. 61-62; 68-71; 123-128). Algumas analogias e aproximações beiram o ridículo: “O mundo não precisa que a América desapareça, mas que volte a ser ela mesma, democrática, liberal e produtiva. Na medida do possível, pois na história humana, como na das espécies animais [!!], nunca há volta atrás completa a um verdadeiro *statu quo ante*. Os dinossauros não voltaram [!!!]. A América autenticamente imperial e generosa dos anos 50 tampouco voltará” (Idem, p. 234). Contudo, a despeito de alguns delírios e passagens pitorescas (como o alegado protagonismo do “casal franco-alemão”, o peso exagerado nas determinações da demografia (ao estilo da tentativa, nos domínios da historiografia na década de 1980, de ressuscitar Malthus para contrapor-se à história econômica marxista), nas estruturas familiares e a relação quase direta entre alfabetização, democracia e individualismo), o livro tem alguns argumentos relevantes que incorporei neste texto.

para explicar as dificuldades vividas pelos EUA: na realidade, exatamente por conta das transformações econômicas associadas ao neoliberalismo, os EUA dependem *cada vez mais de um sistema econômico moldado de acordo com a rede interesses que gravita em torno da sua oligarquia*, isto é, da preservação de um sistema aberto aos fluxos internacionais de capital, com direitos de propriedade firmemente estabelecidos e que, por fim, tenha como base monetária o dólar. Na visão dos mais afoitos, na década de 1990 este sistema foi forjado automaticamente pelas forças irrepresáveis do mercado. Mas, dada a truculência progressiva de Washington, essa visão fantasiosa entrou em crise. O ponto, contudo, é que o malfadado unilateralismo é um sintoma de *fraqueza*, isto é, um sinal de que a coerção política é cada vez mais fundamental para manter as assimetrias econômicas que fundamentam a posição dos EUA:

O debate sobre a ‘globalização’ está em parte desvinculado da realidade, pois com frequência se aceita a representação ortodoxa das trocas comerciais e financeiras simétricas, homogêneas, nas quais nenhum país ocupa lugar particular. Os conceitos abstratos de trabalho, lucro e liberdade de circulação do capital mascaram um elemento fundamental: o papel específico do mais importante dos países na nova organização do mundo econômico. Se a América declinou muito sob o aspecto do poderio econômico relativo, conseguiu por outro lado aumentar maciçamente a sua capacidade de saque na economia mundial: tornou-se objetivamente predadora. Essa situação deveria ser interpretada como sinal de força ou de fraqueza? O certo é que a América terá de lutar política e militarmente para manter uma hegemonia já agora indispensável ao seu padrão de vida (Todd, 2002, p. 25-26)⁴⁹.

A preservação dessa estrutura predatória é fundamental por conta dos padrões sociais construídos nos EUA durante a transição ao neoliberalismo⁵⁰. Neste

⁽⁴⁹⁾ Esse aspecto em particular é, *mutatis mutandis*, compatível com a reflexão de Peter Gowan sobre a constituição e a crise do que ele denominou “Regime Dólar Wall Street”, isto é, um *regime de acumulação* centrado na primazia militar dos EUA e na centralidade do Dólar como moeda internacional, que opera para tentar perpetuar a estrutura básica da divisão internacional do trabalho - o primado da tríade *sob a liderança dos EUA* - e a dominância das finanças e da reprodução do capital em geral em detrimento do trabalho (Gowan, 2003, 2009)

⁽⁵⁰⁾ É importante notar como o ativista radical Gabriel Kolko afirma com veemência o mesmo argumento básico do conservador Todd: “Os EUA precisam aceitar as consequências políticas e militares do fato de que o mundo não é mais dependente de sua força econômica como fora depois de 1945, e que as ambições e arrogância que desenvolveu desde então são crescentemente irrelevantes. Na verdade, devem reconhecer que existem hoje outras nações com poder econômico similar ou até mesmo, no futuro próximo, superior ao seu. Os EUA hoje são totalmente dependentes da economia mundial, que uma vez dominara, bem como de nações que possuem poder próprio” (Kolko, 2009 p. 163).

sentido, *embora o potencial de autarquização dos EUA seja imenso*, uma mudança de trajetória nesta direção, por ser totalmente incompatível com o padrão econômico e de sociabilidade consolidado durante a grande expansão dos anos 1990, só ocorreria em casos extremos. Assim, chegamos a uma situação curiosa, pois a autoproclamada “nação indispensável” é que, na realidade, *depende* de uma estrutura comercial e financeira internacional cada vez mais difícil de ser mantida⁵¹.

É neste quadro mais amplo que devemos tentar compreender o fracasso do projeto imperial que se insinuava já no Governo Clinton, mas que somente encontrou um terreno fértil após o 11 de setembro de 2001. A insistência na via militar, mediante ações que ultrapassassem os limites do “micromilitarismo teatral”, teria como resultado mais provável a criação de uma (des) ordem mundial baseada em blocos regionais hostis, fundados na combinação entre militarismo e protecionismo econômico (Cox, 1996, p. 114-115; Kupchan, 2002, p. 96-97). *Por outras vias*, contudo, a crise mundial vigente elevou um pouco mais a probabilidade deste cenário. Além da indução à políticas de contrapeso (equilíbrio de poder) derivadas do

⁽⁵¹⁾ Uma breve reconstituição da trajetória dos EUA revela com mais clareza este atributo. No século XIX, após a Guerra Civil, em meio a uma tensa tentativa de construir sua identidade nacional, o país desenvolveu um mercantilismo agressivo que tinha pelo menos duas dimensões. A externa era centrada na luta para aprimorar a sua participação no “velho” circuito de trocas do Atlântico e, simultaneamente, se posicionar com vantagem, no “novo” e tenso circuito do Pacífico (neste caso, com base no “imperialismo das portas abertas” (Willians, 1988)). Como em toda política “mercantilista”, a segunda dimensão envolvia a defesa do mercado nacional. Mas, no caso americano, esta orientação foi bastante singular, como atesta a imagem criada por Arrighi: os EUA se converteram em uma “espécie de ‘buraco negro’, dotado de um poder de atração de mão de obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e menos ainda as nações menos ricas e poderosas, tinham poucas chances de competir” (Arrighi, 2009, p. 59). Por conta das dimensões e a ampla capacidade de autarquia do seu mercado interno, Washington foi capaz de realizar uma política externa pragmática, de mínimo envolvimento nos “problemas do Velho Mundo”, bem como uma política comercial agressiva, que permitiu aos EUA formarem superávits comerciais gigantescos. As duas guerras mundiais – mesmo com o interlúdio da Grande Depressão – reforçaram ainda mais esse padrão. A situação mudou em 1945-7, mas não completamente: até a década de 1960, a despeito dos surtos catastrofistas, Washington mantinha claramente a iniciativa *tanto no teatro mais vasto da Política Mundial* quanto na administração do bloco capitalista. Hoje, a situação está mudando rapidamente: “No exato momento em que o mundo, em processo de estabilização educacional, demográfica e democrática, está a ponto de descobrir que pode dispensar a América, a América dá-se conta de que não pode mais dispensar o mundo” (Todd, 2002 p. 25).

unilateralismo de Washington⁵², as tensões sociais provenientes das dificuldades econômicas podem fortalecer o protecionismo nos países centrais, ampliando o peso econômico - e, também político - dos vários sistemas regionais. Nesta visão, o protecionismo econômico seria o possível detonador de alianças políticas que erodiriam a primazia dos EUA. Há, contudo, uma maneira inversa de pensar. Mesmo antes da crise e das dificuldades militares no Oriente Médio, diversos *police makers*, raciocinando sempre com base no mecanismo do equilíbrio de poder, já vislumbravam um cenário como este. Nesta tradição, a discussão deriva quase imediatamente para a tarefa de identificar o polo ou os polos que se oporiam politicamente (i.é. militarmente) aos EUA (Mariutti, 2009a, p. 73-82). Esse debate é importante, mas precisa ser aprimorado e ampliado. Pretendo, contudo, discutir neste momento outro aspecto do problema. De forma análoga à discussão sobre a China, tentarei apontar como a atual configuração da economia política internacional está intensificando um conjunto de contradições na sociedade estadunidense.

Boa parte destas contradições passa pela tensão entre duas orientações opostas: uma das possibilidades envolveria o *aprofundamento* da estrutura de poder social contemporânea, ou seja, uma política definida ao sabor das grandes tendências vigentes, isto é, a crescente internacionalização da produção, o reforço da esfera privada em detrimento da pública e a cristalização dos direitos de propriedade de uma oligarquia crescentemente transnacional, amparada na supremacia militar dos EUA. A orientação oposta, por sua vez, envolveria uma progressiva retração do comércio internacional e da dimensão transnacional, na medida em que os Estados ou blocos regionais, respondendo às tensões sociais internas, seriam forçados a colocar em primeiro plano a cena política nacional (ou regional), lutando para exportar para o exterior as dificuldades, mediante a clássica política do “*beggar thy neighbour*”. O fortalecimento desta tendência depende das perspectivas de recuperação da crise econômica atual: quanto piores os prognósticos, mais prováveis as soluções “nacionalistas”. Além disto, a crise afetou de forma muito desigual os países, fato que dificulta ainda mais uma ação coordenada para a recuperação. Uma terceira possibilidade, muito discutida, porém ainda muito longe de se concretizar,

⁽⁵²⁾ Sobre este tema, no campo da política internacional, há uma ampla e variada bibliografia. O ponto de partida da discussão foi, naturalmente, a discussão em torno da reconfiguração da polaridade do sistema internacional que se seguiu ao colapso da URSS (i.e., até quando duraria a unipolaridade, quantos e quais polos poderiam se formar, qual seria a natureza de suas composições etc.). O debate perdeu força alguns anos depois, em grande medida por conta da expansão econômica dos anos 90 liderada pelos países centrais. A discussão ressurgiu após o anúncio da doutrina Bush e voltou a se aquecer depois da crise de 2008. Um bom ponto de partida para compreender os contornos básicos do debate pode ser encontrado em Ikenberry (2002).

envolveria um meio termo, isto é, a criação mecanismos globais de regulação das finanças e da economia internacional, associados à reconstrução do poder de gerenciamento dos estados nacionais, com vistas a fomentar o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, ao estilo do sistema de Bretton Woods.

No primeiro caso, de uma perspectiva internacional, alguns ajustes seriam necessários: a manutenção da primazia militar dos EUA e sua capacidade de projeção global de poder teria de ser mantida, mas sem afrontar as demais potências⁵³. Em outros termos, isto implicaria em consolidar, formal ou pragmaticamente, um concerto de Grandes Potências sob a tutela de Washington, onde os limites políticos impostos aos demais estados centrais seriam compensados pela expansão da “zona liberal” e por uma participação nas deliberações internacionais proporcional ao poder de cada potência:

A primazia americana impõe uma série de *faux frais* sobre seus parceiros que não irá diminuir. Mas exatamente porque não há uma coincidência automática entre os interesses particulares dos EUA e os interesses gerais do sistema, um Concerto de Potências conscientemente gerenciado é requerido para permitir o ajuste das tensões entre ambos. Este ajuste nunca será perfeito, e os mecanismos para atingi-lo ainda não foram completamente formalizados: pressões e contra-forças se mesclam a um processo de barganha que é desigual mas não desprovido de substância. Até hoje, entretanto, as descontinuidades e os aspectos abrasivos do sistema ainda não ameaçaram seriamente a legitimidade de uma ‘comunidade internacional’ similar a uma sinfonia da ordem capitalista global, mesmo com um condutor um tanto errático (Anderson, 2007, p. 11).

Em suma: a estabilização seria garantida pela definição clara da hierarquia de poder interestatal, urdida pela “pressão silenciosa do interesse privado”⁵⁴.

⁽⁵³⁾ O primeiro passo neste sentido envolveria retirar o peso da retórica cruzadística e da dimensão religiosa na definição da política externa dos EUA. Apesar de ser motivo de escárnio, isso não incomoda muito os Europeus. Mas gera turbulências desnecessárias no mundo islâmico e na China.

⁽⁵⁴⁾ Apesar de possuir uma obra muito superestimada, ao refletir sobre o *sistema de equilíbrio de poder*, Karl Polanyi foi certeiro. Em seu entender, a dinâmica do seu funcionamento, ao longo da época moderna e sobretudo no século XIX *não dependia apenas da coesão do “concerto das grandes potências”*: “O pilar mais forte deste sistema formal era a quantidade imensa de negócios privados internacionais, frequentemente transacionados em termos de uma espécie de tratado comercial ou outro instrumento internacional tornado efetivo pelo costume e pela tradição. (...) Essa pressão silenciosa do interesse privado, que permeava toda a vida das comunidades civilizadas [i.e., o Ocidente] e transcendia as fronteiras nacionais, era o baluarte invisível da reciprocidade internacional e concedia ao princípio do equilíbrio-de-poder o direito de sanções efetivas, mesmo quando ele não assumira ainda a forma organizada de um Concerto da Europa ou de uma Liga das Nações” (Polanyi, 2000, p. 304-305, grifo meu).

Essas transformações na arena internacional interagem de forma complexa com as forças sociais no interior dos EUA⁵⁵. Os três últimos presidentes americanos tiveram de operar dentro de um equilíbrio precário entre forças que, em uma situação limite, podem entrar em oposição: 1) os grandes interesses plutocráticos que gravitam ao redor das grandes corporações transnacionais e dos investidores corporativos, com tentáculos em Washington; 2) os setores econômicos pouco competitivos, que dependem do protecionismo estatal e de uma diplomacia econômica mais agressiva (a indústria de base, citricultura, alumínio, etc.), bem como os sindicatos mais poderosos e sua rede de associados que tendem para uma orientação mais “nacionalista”; 3) os grupos econômicos menores e mais difusos que, exatamente por serem fragmentários, não possuem capacidade de exercer pressão política em bases institucionais, sendo, portanto, menos previsíveis e muito mais suscetíveis aos apelos apocalípticos. A resultante final da orientação política estadunidense depende, portanto, dos arranjos entre estas forças que, até o momento, de forma progressivamente precária, ainda sustentam o *status quo*. Mas esta acomodação não tem raízes muito profundas. A grande expansão econômica dos anos 90 gerou um efeito curioso: amorteceu as tensões sociais ligadas mais diretamente à economia, mas *ampliou* as divergências ligadas aos costumes e às questões raciais e de gênero. Aparentemente, se atentarmos para o debate público no período, a América tinha superado o “problema econômico”, fato que deslocou as linhas de cisão para a dimensão cultural e religiosa: a prosperidade era dada como certa, a questão envolvia definir quais eram os valores genuinamente “americanos”, e isso gerava uma tensão que tendia a posições irreduzíveis entre as vertentes seculares (extremamente divididas quanto ao papel dos EUA no mundo) e o amplo arco de vertentes cuja orientação principal é religiosa⁵⁶.

⁽⁵⁵⁾ Susan Strange, em 1986, já havia apontado uma das raízes desta tensão: “Havia [em 1970], e ainda há um conflito de interesses dentro da sociedade americana entre os bancos e grandes corporações de um lado, que podem lucrar e sobreviver – em sua maioria – neste instável e incerto ambiente e os fazendeiros, trabalhadores e pequenos empresários que encontram cada vez mais dificuldade para fazer isto” (2009, p. 23 [ed. original: 1986]). Em resumo: a posição vantajosa dos EUA em um sistema internacional assimétrico não implica nenhuma transmissão automática aos atores menos poderosos em seu interior. É essa dura lição que os pobres estadunidenses estão aprendendo desde a década de 1980.

⁽⁵⁶⁾ É por isto que as divisões da sociedade estadunidense *não se traduzem fundamentalmente* na oposição entre Democratas e Republicanos. Logo, exatamente porque as diferenças fundamentais são muito mais profundas (encontram-se arraigadas na própria vida social, dimensão onde os arranjos políticos formais – a luta partidária e as políticas de governo – só conseguem arranhar levemente), é perfeitamente possível realizar um projeto político que, no longo prazo, é essencialmente bipartidário.

Neste cenário, era difícil conciliar as diversas posições e o projeto imperial tendia a sofrer resistência dos setores sociais mais orientados para os problemas internos dos EUA. No entanto, o atentado terrorista ao World Trade Center em 2001 produziu uma transformação radical, ao promover dois movimentos. O primeiro foi a preponderância, dentro dos conservadores, de uma linha diplomática mais agressiva e intervencionista, disposta a “completar” a americanização do mundo: os neoconservadores. O segundo movimento derivou da criação de um ambiente propício à aliança entre os neo e teoconservadores, que encurralou a esquerda e fortaleceu o projeto imperial. Mas esta associação foi muito mais um produto das circunstâncias – um “acidente histórico”, na visão de Michael Mann (2006, p. 18-20) – do que um elemento estrutural. O único ponto de convergência que não é meramente conjuntural deriva do peculiar universalismo estadunidense que, simplificando, ramifica-se em uma vertente secular – da qual fazem parte os neocons – e outra mística – na qual os teocons representam a posição mais extrema⁵⁷. Mas o limite desta coalizão conservadora é evidente: o pragmatismo dos neocons é incompatível com a lógica da convicção dos teoconservadores. Contudo, a combinação entre o fracasso do projeto imperial e a crise econômica está corroendo as forças de coesão na sociedade americana: todas as antigas divisões retornaram *amplificadas*.

À primeira vista, a combinação entre as turbulências no front interno e no ambiente internacional deveriam favorecer mudanças fundamentais. É o que os voluntaristas desejaram ardentemente, na curta e tragicômica fase da “Obamamania”. Mas exatamente por conta do comprometimento da capacidade

⁽⁵⁷⁾ A ofensiva criacionista contra a educação secular não é o único dano à civilização que estas seitas de fanáticos produziram. Boa parte da política agressiva dos EUA no Oriente Médio é efusivamente apoiada por parcela significativa desses sectários. Neste caso em particular, a facção dos cristãos sionistas (um ramo da heterogênea, mas cada vez mais influente direita cristã) desempenha um papel de destaque: seu apoio incondicional a Israel se fundamenta na bisonha tese de que *essa é a vontade de Deus*. Como supostamente revela o Apocalipse, a criação de Israel é um momento chave para desencadear a segunda ressurreição de Cristo, que liderará a “batalha final” contra as forças do demônio (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 107-108; 132-139). Na realidade, a articulação entre radicalismo religioso, política e guerra é uma tradição americana: nos séculos XVIII e XIX as divisões religiosas eram indissociáveis das divisões políticas. Na segunda metade do século XX, enquanto as atenções dos acadêmicos se voltavam para os dilemas político-econômicos da Guerra Fria, as seitas religiosas se multiplicaram nos EUA, pautando em grande medida a cena política nacional (Phillips, 2006, cap. 4; McDougall, 1997). Assim, a visibilidade e a influência do radicalismo religioso apocalíptico não é algo episódico, na medida em que configura uma tendência de longo prazo, inscrita nas tradições mais fundamentais da sociedade americana. Tragicamente, em algumas circunstâncias, essas forças conseguem preponderar sobre a tradição de liberdade secular e de cosmopolitismo que, é importante frisar, também é um elemento formador da pujante sociedade americana.

liderança internacional de Washington e das dificuldades internas da sociedade estadunidense é que as forças sociais podem pender no sentido do *aprofundamento* da ordem atual. Neste caso, os mecanismos de mobilidade social tenderiam a ser cada vez mais restritos à esfera privada. Por conta da concorrência e ampla mobilidade dos capitais, os bolsões de riqueza tenderiam a diminuir, ao mesmo tempo em que a competição selvagem para adentrar nas redes de clientela dos muito ricos e poderosos seria intensificada. Neste caso, a homogeneidade entre os Estados preconizada pelos entusiastas da globalização se daria em bases radicalmente diferentes: não o mundo imaginário baseado na generalização do consumo de massa e no equilíbrio dos indicadores sociais, mas a universalização das características dos países periféricos, isto é, a rígida estratificação social e um espaço público restrito e precário, geralmente associado aos grandes oligarcas. Em suma: o capitalismo sem esteios, inerentemente desigual e hostil à Razão Substantiva.

É curioso notar que, em pleno auge da ofensiva neoliberal, focando os atributos *internos* da sociedade estadunidense, particularmente a luta no plano da cultura e dos direitos civis, o indiscreto Michael Lindt, ao criar a expressão “Brasilianização dos EUA” apontou o sentido básico que a sociedade americana estava tomando:

A ameaça real não é a Balkanização mas a Brasilianização da América, não a fragmentação em linhas raciais mais a cisão em classes. Brasilianização [dos Estados Unidos] é simbolizada pela crescente retração da classe dominante americana branca (...) para o mundo dos bairros privados, escolas privadas, polícia privada, sistema privado de saúde e até mesmo estradas privadas, isolando-se da onda de pobreza generalizada. Como a oligarquia latino americana, os ricos e bem relacionados membros desta classe dominante⁵⁸ podem

⁽⁵⁸⁾ Adaptei a tradução, para se adaptar melhor aos propósitos deste estudo. Lindt usa a expressão *overclass* com um sentido muito peculiar: não como sinônimo de classe dominante ou de elite institucional (ele deliberadamente se afasta de C. Wright Mills), muito menos como *função econômica*. Ele chega a definir classe social como um conjunto de famílias[!] que compartilham certos valores, tradições e circuitos sociais específicos (ex.: certas universidades, clubes, lazer etc.), vedados aos demais, e que se perpetuam por várias gerações (cf. LINDT, 1996 cap.4). Um critério extremamente vago, que, curiosamente, só funciona bem para definir a própria *overclass* (no livro todo não há como identificar nenhuma outra classe usando estes critérios, a não ser algumas vagas alusões a uma “classe” fundada em uma cultura popular americana, em formação desde o período colonial, com um vernáculo próprio e costumes tendencialmente homogêneos). Mas, descontando as excentricidades, o argumento básico do livro é sólido: o New Deal e o período imediatamente posterior à II Guerra Mundial transformou a sociedade americana, gerando uma tendência à igualdade econômica, combinada à conquistas memoráveis na área dos direitos civis (a busca da igualdade racial e de gênero, bem como um avanço nas tradições seculares). Tudo começa a mudar a partir dos anos 70 com a afirmação de uma nova plutocracia crescentemente

ascender em uma América decadente, marcada por índices terceiro-mundistas de desigualdade e criminalidade (Lindt, 1996, p. 14).

Essas tendências são agravadas, no entender do polêmico autor, pela fragmentação do espaço político derivada de uma rígida estratificação social, que cristalizou uma elite apta a explorar a posição internacional dos EUA e as clivagens na dimensão dos valores e dos direitos civis⁵⁹ para preservar seus próprios interesses e práticas de conduta. O fato é que estas divisões estão se cruzando com as polarizações exacerbadas pelo incremento do desemprego e a deterioração dos mecanismos de proteção social, que estão afastando uma parcela considerável dos cidadãos estadunidenses do “sonho americano”.

Considerações Finais

Agora é possível apresentar os argumentos principais que nortearam a discussão até aqui. O primeiro ponto a ser destacado é que, sem a criação de uma sólida e articulada resistência social, as características fundamentais da ordem neoliberal podem se aprofundar ainda mais. A crise econômica afrouxou, mas não eliminou o longo processo de afinidade oligárquica mundial, que pode retomar fôlego mediante o alargamento das redes simbióticas entre o capital transnacional e o

conservadora e associada à orientação predatória dos EUA (Lindt acusa Nixon de ser o primeiro presidente a introduzir as quotas raciais nos sindicatos para, de forma consciente, criar o ressentimento entre brancos e negros que, encampado pelos conservadores, começou a destruir a unidade entre os trabalhadores). É nessa época que se consolida a oligarquia americana - a “White Overclass,” em seus termos. Uma “filha” da combinação entre os valores e condutas sociais legados pelas famílias protestantes tradicionais do Nordeste dos EUA, com os valores e práticas sociais desenvolvidos pelos imigrantes europeus do pós-II Guerra (sobretudo germânicos) e os emergentes do Sul e do Oeste americano, que acabaram por gerar um amálgama entre as elites tradicionais e os rentistas e a classe gerencial, criando um padrão de conduta muito claro: a preferência por uma formação acadêmica na área jurídica ou em áreas do saber não técnicas, a anglofilia (que une os sulistas em sua imaginária fidalguia com os “cosmopolitas” de Nova York), e uma curiosa combinação entre *conservadorismo econômico* e liberalidades na área comportamental (o relativismo cultural, o amor pelas ações afirmativas e a liberdade sexual).

⁽⁵⁹⁾ Em sua visão, a América está imobilizada por uma falsa tensão, isto é, uma disputa entre os multiculturalistas (que tendem a dividir a sociedade americana *prioritariamente* em raças, e não em classes) e o conservadorismo plutocrata, que associa qualquer problema público à questão fiscal e ao excesso de regulação do Estado. Trata-se, portanto, da luta entre as ações afirmativas e as cotas raciais contra a necessidade primordial de fazer cortes no orçamento. Para ele esse conflito é uma herança da *degeneração* da “Revolução dos Direitos Civis”, virtuosamente posta em movimento pelos New Dealers e que só pode ser resolvido por um movimento *genuinamente nacionalista*, apto a instaurar a “quarta república americana”, isto é, uma ordem social centrada nos direitos sociais individuais, com vistas a proteger as classes médias e inferiores dos privilégios dos oligarcas.

nacional, bem como pela preservação e reforço da riqueza patrimonial. Esta solidariedade cuidaria de dirimir as grandes tensões geopolíticas, enredando por dentro os estados mais relevantes em um novo Concerto das Grandes Potências, sob tutela dos EUA. Uma ordenação como esta tenderia a garantir uma mínima estabilidade do sistema financeiro internacional - baseado no dólar, mas com espaço para divisas complementares, em acirrada competição - e, o que é cada vez mais importante, a garantia do acesso estável dos países centrais às fontes de commodities e de energia. No entanto, um eventual congelamento das tensões no âmbito geopolítico, em conjunto com a ampliação da liberdade do capital e a manutenção da centralidade da riqueza patrimonial simplesmente deslocaria de forma mais acentuada o conflito social para o plano interno das sociedades. Os setores intermediários da sociedade se digladiariam para penetrar nas redes de clientela dos oligarcas, inclusive abrindo mão do resto de seus direitos trabalhistas em nome de uma parcela ínfima das riquezas, em uma ordem predominantemente privada, regulada por mecanismos de apadrinhamento, onde o Estado seria convertido em um mero garantidor das riquezas privadas e, primordialmente, em um mecanismo de contenção violenta dos distúrbios sociais mais severos.

A alternativa extrema mais evidente a este cenário envolveria o recrudescimento da rivalidade internacional, ao estilo do que ocorrera no final do século XIX. E este cenário pode se concretizar a partir de dois movimentos distintos. A despeito da retórica democrata, pouca coisa mudou na política externa dos EUA. Além disso, as forças que convergiram na eleição de Obama voltaram a se dividir, e as dificuldades econômicas tendem a agravar esse quadro. Assim, embora pouco provável, uma retomada da via imperial não deve ser descartada⁶⁰. E a insistência nesta via por parte dos EUA poderia gerar, como resposta, uma espécie de “neomercantilismo”: isto é, a rebeldia das demais potências que, com vistas a coibir as arbitrariedades dos EUA e a responder suas demandas sociais internas, concentrariam seus esforços na criação de esferas de influência regionais de caráter autárquico. Mas, igualmente, esse mesmo cenário poderia resultar de uma mudança radical na política externa e na correlação de forças na sociedade americana: isto é, uma política orientada em torno do protecionismo e da defesa dos empregos e direitos sociais dos trabalhadores americanos que, para ser efetiva, além do confronto

⁽⁶⁰⁾ Nas próximas eleições, por conta das cisões internas e dificuldade de conter a desaceleração da economia e o desemprego, não é improvável uma ressurreição dos falcões, amparados na coalizão entre os neo e teoconservadores e nos diversos grupos de descontentes (como, por exemplo, o pitoresco *Tea Party*). Essa probabilidade aumentaria significativamente se os conservadores conseguirem encontrar um ícone capaz de representar esses anseios, tal como, por exemplo, foi Ronald Reagan.

contra as grandes empresas transnacionais (e seus tentáculos financeiros), teria de amparar-se na *retração* do seu perímetro estratégico: a desmobilização das bases nos postos mais avançados, combinadas à ênfase nos sistemas informatizados de defesa (o famigerado escudo antimísseis), na dissuasão nuclear e nos ataques remotos com armas convencionais⁶¹. Não aprofundarei esse tema aqui. Mas há um conjunto considerável de grupos sociais adeptos desta orientação: os mais evidentes são os interesses manufatureiros nacionais, parte da rede sindical e a ala mais progressista do Partido Democrata. Mas, além destes, podemos incluir os conservadores nacionalistas e alguns falcões arrependidos a que fiz alusão⁶². Logo, a despeito do

⁽⁶¹⁾ Esse é um dos maiores temores de Niall Ferguson que, de maneira bisonha, transpõe os mitos da Era Vitoriana – particularmente a idéia de que a Grã Bretanha era um império benevolente, promotor das tradições liberais – para o “Império Americano”. O ponto de partida do seu raciocínio é a tese de que a fase mais violenta da história de um Império ocorre quando ele se retrai, pois essa retirada estratégica acirra o apetite por poder entre as demais potências e, ao mesmo tempo, engendra uma luta fratricida entre as elites locais da antiga periferia sob controle imperial. Na sua visão é exatamente isto que irá ocorrer caso Washington desmonte seu império. O que torna a sua perspectiva mais curiosa (e neste ponto em particular, bastante plausível) é que, para ele, este cenário depende muito mais das próprias contradições internas dos EUA: a crescente rejeição *interna* ao império, que poderia demandar o retorno dos soldados para casa. Na sua concepção de “história”, *todos os impérios desabam por razões internas*: isso ocorreu com Roma, com a magnânima Grã-Bretanha e provavelmente ocorrerá com os EUA (Ferguson, 2004). Não me aventuro a discutir Roma. Mas a Grã-Bretanha não se desfez do império formal e informal voluntariamente: os Ingleses foram expulsos tanto da periferia quanto de suas posições estratégicas pelas demais potências, que se desenvolveram explorando exatamente os estímulos econômicos gerados pela própria Inglaterra na fase que antecedeu a generalização do imperialismo.

⁽⁶²⁾ James Pinkerton, por exemplo, ao discutir as relações entre os EUA e a China, faz um diagnóstico muito preciso de suas implicações: 1) a tendência ao desemprego nos EUA não poderá ser minorada indefinidamente pela expansão do crédito (e ele escreve antes da crise), assim como o setor de serviços nacional não é capaz de absorver toda a mão de obra liberada pelos investimentos produtivos no exterior; 2) a terceirização das empresas, além de induzir distorções na sociedade, pode num futuro próximo, comprometer as bases da segurança nacional. (Pinkerton, 2005, p. 13). Deter uma sólida indústria bélica nacional, com um certo grau de capacidade ociosa é um ativo essencial na competição estratégica. Na realidade, ele defende um programa nacional de reforço seletivo da indústria e uma ofensiva contra o interesse financeiro e produtivo transnacional. No entanto, ele o faz de maneira dramática: “(...) se quisermos realmente sobreviver [!!!], precisamos de um equivalente para o século XXI do ‘relatório sobre as manufaturas’ de Alexander Hamilton para o XVIII; isto é; devemos simplesmente decidir que indústrias precisamos para nos defender, e então gerar um política tecno-científica consciente para garantir que estas indústrias vitais permaneçam nacionais./É provável que esta política neo-hamiltoniana eleve o preço das camisas chinesas? Ela poderá elevar as taxas de juros e, talvez, contrair o mercado acionário? Tudo bem. Pequenos deslocamentos econômicos são um pequeno preço a pagar pela verdadeira segurança nacional” (Pinkerton, 2005, p. 15).

poder das redes plutocráticas transnacionais que emanam dos EUA, em um cenário de instabilidade e elevada imprevisibilidade como o atual, uma reversão radical do quadro político não é impossível.

Resta agora discutir uma possibilidade intermediária, isto é, apontar as condições para a criação de mecanismos de regulação social e financeira capazes de atenuar as tensões e criar um ambiente social minimamente propício ao desenvolvimento econômico, norteado pela sustentabilidade e pela distribuição de renda. Em primeiro lugar, é necessário frisar que qualquer novo sistema de regulação seria radicalmente diferente de Bretton Woods. O motivo básico é que, como tentei destacar, as circunstâncias que moldaram aquele regime de acumulação não irão mais se repetir. Logo, qualquer reflexão consistente sobre este tema envolve o abandono de uma série de pressupostos. O primeiro deles, derivado em grande medida de uma leitura caricata da “teoria” da estabilidade hegemônica (TEH), diz respeito à necessidade imperiosa da supremacia de uma potência dominante para gerenciar o sistema internacional e, desse modo, garantir um ambiente propício ao liberalismo e, até mesmo, à generalização da democracia e elevação dos padrões de vida. Esta idéia, por brotar de tradições muito distintas, é tão arraigada que, muitas vezes, o problema de regulação do sistema internacional é equivocadamente visto como um problema essencialmente ligado às condições de liderança de uma potência em um sistema anárquico.

Por conta disto, uma breve digressão é necessária. A Teoria da Estabilidade Hegemônica situa-se em um ponto de interseção entre duas correntes do pensamento muito distintas: o realismo político⁶³ e o liberalismo, onde predomina a segunda. No limite, a TEH não passa da transposição dos axiomas básicos do liberalismo para a arena internacional, levando em conta, entretanto, sua peculiaridade: a forma *anárquica* de ordenamento político. Todos os modelos produzidos pela ciência econômica tem como pressuposto básico (porém, por vezes oculto) a presença do Estado como ofertante dos bens coletivos essenciais: a moeda, o direito e o poder de coerção (polícia, exército). Somente por conta da presença do Estado é que os “atores econômicos” podem reduzir a sua autonomia e, desse modo, se sociabilizar por intermédio das redes de interdependência geradas pelo mercado. Logo, as regras do jogo na economia nacional são *fundamentalmente diferentes* das que caracterizam a economia internacional. Disto decorre que a ausência de uma fonte de autoridade centralizada e estável modifica *essencialmente* a estrutura do sistema e o

⁽⁶³⁾ Entre os realistas, o termo hegemonia perde seu sentido específico e tende a ser usado como sinônimo de *dominação* (Arrighi, p. 27) ou de unipolaridade (Mastanduno, 2002, p. 185).

comportamento dos agentes. Assim, a forma e o grau de abertura da economia internacional depende da *estabilidade* da política mundial que, por sua vez, tem como base uma configuração do equilíbrio de poder aceita pelos Estados mais poderosos.

É daí que parte o axioma básico da TEH: a hegemonia de uma potência é a forma *mais estável de distribuição de poder* e, portanto, a que permite um maior grau de desenvolvimento da economia internacional pois⁶⁴, supostamente, a preponderância do hegemônico faz com que ele possa (se desejar...) *emular*, de forma limitada, as funções de um Estado mundial. Contudo, a despeito destas observações gerais, Robert Gilpin, que possui uma relação de amor e ódio com esta corrente teórica, ressaltou um elemento fundamental: a simples preponderância de uma potência *não garante que a ordem seja liberal*. Para que isto ocorra são necessárias ao menos 3 condições: 1) a potência hegemônica precisa possuir estruturas econômicas e políticas internas *compatíveis* com uma economia mundial liberal; 2) Deve existir um número considerável de *potências intermediárias* compatíveis com um sistema econômico internacional aberto; 3) Deve preponderar um ambiente ideológico *geral* propício ao pensamento liberal (comunidades epistêmicas, *embedded liberalism* (Ruggie, 1982) ou algo do gênero) para que os interesses da potência dominante possam aparecer como coincidentes com os interesses gerais (Gilpin, 2002 p. 92-101). Assim, ao *separar* a questão em torno da unipolaridade da indagação em torno da natureza do regime político internacional, Gilpin ajuda a modificar o rumo das discussões. Em suma: mesmo com uma potência dominante não existe nenhuma tendência automática ao liberalismo na economia mundial.

Podemos agora retornar ao assunto principal. As abordagens centradas na TEH, quando enfrentam a questão da regulação da economia internacional, tendem a misturar dois tipos diferentes de problemas. Apontar a necessidade de uma potência hegemônica para gerenciar uma economia mundial liberal aberta e garantir a sua estabilidade - mediante a provisão dos bens coletivos essenciais e pelo "congelamento" do equilíbrio de poder - é uma coisa muito diferente de gerar uma ordem internacional *propícia* - ou ao menos compatível - com o bem estar social da maioria. Portanto, criar um sistema de proteção social destinado a, pelo menos, conter as tendências anômicas e disruptivas do capitalismo é algo completamente diferente de criar uma ordem liberal e, portanto, esta tarefa exige condições políticas

⁽⁶⁴⁾ Os sistemas polarizados supostamente limitam o escopo e a articulação da economia internacional. As trocas incidem *predominante no interior das alianças* e só se ramificam *entre* as alianças nos raros momentos de entendimento entre as potências regionais (ou entre as duas grandes potências, no caso de sistemas bipolares).

e econômicas especiais. Se por um lado isto complica mais o problema, por outro traz um consolo: nem tudo depende de Washington e de sua rede de aliados.

Além deste importante aspecto do problema, é necessário destacar mais alguns. Em primeiro lugar, a estabilidade de Bretton Woods, em sua conformação inicial, *não esteve ligada diretamente a uma suposta hegemonia benigna dos EUA*. Por mais que o legado do *New Deal* possa ter sido relevante, o elemento fundamental por trás do comportamento internacional dos EUA definiu-se por oposição à duas preocupações: i) a possibilidade efetiva, no caso da não concretização de um sistema de comércio internacional *minimamente favorável* à Europa, da retomada das soluções extremistas (o amplo arco de movimentos extremistas no entre-guerras suplantava o nazismo alemão (Hobsbawm, 1995 p. 116-119)); ii) o poder e o prestígio da URSS era significativo, particularmente na Europa. No calor dos acontecimentos, tanto a camada mais erudita da Europa quanto as classes populares sabiam que quem realmente venceu os nazistas foi o Exército Vermelho⁶⁵. Os EUA só exerceram um papel *militar* fundamental na II Guerra Mundial nas fantasias *ex post* hollywoodianas. No campo de batalha europeu, o “arsenal da Democracia” foi um mero coadjuvante. O segundo ponto, contudo, é muito mais relevante. Usar a preponderância militar – ou pelo menos a capacidade de destruição a longa distância – para criar um sistema progressivamente aberto aos interesses plutocráticos dos grandes capitalistas é uma tarefa muito mais simples do que criar uma ordem cujas prioridades sejam genuinamente sociais. Os requisitos de poder e a magnitude dos recursos econômicos necessários para uma única grande potência agir como um regulador e indutor do desenvolvimento econômico-social equilibrado nas condições atuais são tão gigantescos que, como já havia salientado Giovanni Arrighi (1996, p. 369-371; 342; 351), esta tarefa só seria possível *em um novo sistema*, isto é, um Império no sentido literal do termo, fato muito pouco provável, que alteraria completamente os parâmetros da análise e da ação social⁶⁶.

⁽⁶⁵⁾ E isto independe da veracidade das correntes historiográficas revisionistas que, após o colapso da URSS, tenderam a ressaltar que o avanço avassalador das tropas soviéticas contra os alemães foi fruto de um sentimento de vingança contra o que Stalin considerou uma traição de Hitler. Os motivos que, supostamente, impulsionaram a impiedosa marcha do exército vermelho são pouco relevantes, no que diz respeito às percepções dos povos libertados das forças alemãs de ocupação.

⁽⁶⁶⁾ A discussão formal sobre as categorias de sistema-mundo, império-mundo e economia-mundo é fundamental para entender o pensamento de Arrighi. Não há espaço para introduzir este termo aqui. Para uma visão sintética da perspectiva geral da escola do sistema-mundo, ver Wallerstein (2007). Discuti este tema em duas ocasiões: Mariutti (2004 e 2009b).

Assim, dentro das atuais condições, qualquer tentativa de criar um novo mecanismo de regulação internacional teria de basear-se no multilateralismo (e não simplesmente em formas políticas como o Concerto das Grandes Potências ou similares) e, ao mesmo tempo, atuar em sincronia com as transformações internas nas diversas estruturas sociais nacionais, sempre com vistas a recuperar os mecanismos de proteção social. Neste caso, não se trata de promover reformas tímidas. Mesmo quando proveniente de críticos alegadamente de esquerda, a esmagadora maioria das demandas por maior regulação do capitalismo tomam a financeirização como o problema fundamental, deixando implícito que, mediante reformas tópicas, é possível transformar a estrutura financeira apta a estabilizar a economia e promover o pleno emprego. Como salientaram recentemente John Bellamy Foster e Fred Magdoff, a importância central da financeirização no capitalismo contemporâneo *não deve ocultar o fato de que o problema fundamental é o sistema de exploração cuja raiz é a produção capitalista* (Foster; Magdoff, 2009, p. 108-109). Logo, sem projetos radicalmente novos de intervenção política que, mesmo que de forma gradual, visem alterar *os fundamentos do capitalismo*, o aprofundamento das suas tendências básicas irá destroçar mais uma vez as bases da vida social. As transformações geradas durante a ascensão do neoliberalismo – ou, para usar um termo mais cáustico e mais preciso, a contra-revolução liberal-conservadora (Cardoso de Mello, 1997, p. 162) – não foram superficiais: não é mais possível, sem enfrentar resistências poderosas, reproduzir um ambiente social similar ao de Bretton Woods.

Referências Bibliográficas

- ALTMAN, R. The Great Crash, 2008: A Geopolitical Setback for the West. *Foreign Affairs*, Jan./Feb. 2009.
- ANDERSON, Perry. Jottings on the conjuncture. *New Left Review*, v. 48, Nov./Dec. 2007.
- ANDREAS, Joel. A Shanghai model? *New Left Review*, v. 65, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo; Rio de Janeiro, Contraponto & Unesp, 1996.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. China's Market Economy in the Long Run. In: HUNG, H-F. (Org). *China and the transformation of Global Capitalism*. Baltimore: The Johns Hopkins U. Press, 2009.
- AVANT, Deborah *The Market for Force: the consequences of privatizing security*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2005.

- BACEVICH, Andrew *The Limits of Power: the End of American Excepcionalism* New York: Henry Holt & Cia., 2009.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. A Integração Comercial da América do Sul no mundo pós-crise: desafios para o Brasil. In: CARNEIRO, Ricardo; MATIJASCIC, Milko (Org.). *Desafios para o Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Ipea, 2011.
- BELLUZZO, Luiz G. M. O Declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 1, n. 4, 1995.
- _____. Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da Riqueza*. Campinas: Unicamp. IE, 2000.
- BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- BIDDLE, Tami D. The Shield and Sword: U.S. Strategic Forces and Doctrine since 1945. In: BACEVICH, Andrew. *The Long War: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. New York: Columbia Univ. Press, 2007.
- CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e Integração Periférica*. Campinas: Unicamp. IE, 2007. (Texto para Discussão, n. 126).
- _____. *O Dólar e seus rivais*. Campinas: Unicamp. IE. Cecon, abr. 2010a. (Observatório da Economia Global, Textos Avulsos, n. 1). Disponível em: http://www.ieecon.net/arquivos/O_dolar_e_seus_rivais.pdf.
- _____. *O Desenvolvimento Brasileiro Pós-Crise Financeira: oportunidades e riscos*. Campinas: Unicamp. IE. Cecon, ago. 2010b. (Observatório da Economia Global, Textos Avulsos, n. 4).
- CHOMSKY, N. *11 de Setembro*. Trad. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COHEN, Benjamin. *The Geography of Money*. Ithaca: Cornell U. Press, 1998.
- _____. *The Future of Money*. Princeton: Princeton U. Press, 2004.
- _____. Towards a leaderless currency system. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, J. (Org.). *The Future of the Dollar*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.
- COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.1, n. 1, 1995.
- _____. A Especialização Regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- COX, Robert. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.

- DÚMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Periodizing Capitalism. Technology, Institutions and relations of production. In: ALBRITTON, R. et al. (Org.). *Phases of Capitalist Development: Booms, Crises and Globalizations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.
- EICHENGREEN, Barry. *Global Imbalances and the lessons of Bretton Woods*. Cambridge (Ma); London: MIT Press, 2007.
- FIORI, José Luis. Globalização, Hegemonia e Império. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FORDHAN, Benjamin O. Paying for Global Power: cost and benefits of Postwar U.S. military spending. In: BACEVICH, A. J. (Org.). *The Long War: a new history of U.S. National Security Policy since World War II*. New York: Columbia University Press, 2007.
- FOSTER, John. B.; MAGDOFF, Fred. *The Great Financial Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2009.
- FREEDMAN, Lawrence. *The Evolution of Nuclear Strategy*. New York: St. Martin Press, 1983.
- _____. The First Two Generations of Nuclear Strategists. In: PARET, Peter (Org.). *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton U. Press, 1986.
- GADDIS, John Lewis. *Surprise, Security and American Experience*. Cambridge; London: Harvard U. Press, 2004.
- _____. *Strategies of Containment: a critical appraisal of American national security policy during the cold war*. Oxford: Oxford U. Press, 2005.
- GEORGE, A. (Org.). *Western State Terrorism*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- GILPIN, Robert. *U.S. Power and the Multinational Corporation: the political economy of Foreign Direct Investment*. New York: Basic Books, 1975.
- _____. *Global Political Economy: understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton U. Press, 2001.
- _____. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UNB, 2002.
- GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. São Paulo: Record, 2003.
- _____. Contemporary intra-core relations and world systems theory. *Journal of World System Research*, v. 10, n. 2, 2004.
- _____. Crisis in the Heartland: consequences of the New Wall Street System. *New Left Review*, v. 55, Jan./Feb. 2009.
- HALLIDAY, Fred. *The Making of the Second Cold War*. London: Verso, 1986.
- HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990's*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1994.
- _____; KIRSHNER, J. (Org.). *The Future of the Dollar*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.

- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HUNG, Ho-Fung. America's Head Servant? The PRC's Dilemma in the Global Crisis. *New Left Review*, n. 60, p. 5-25, 2009a.
- HUNTINGTON, Samuel. Transnational Organizations in world politics. *World Politics*, v. 25, Apr. 1973.
- HURREL, Andrew. Regionalism in theoretical perspective. In: FAWCET, L.; HURREL, A. (Ed.). *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press, 1995a.
- HURREL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*, v. 17, n. 1, 1995b.
- IKENBERRY, John. Introduction. In: IKENBERRY, J. (Org.). *America Unrivaled: the future of balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.
- JAMES, Harold. The Enduring International Preeminence of the Dollar. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, J. (Org.). *The Future of the Dollar*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.
- JOHNSON, Chalmers. *Blowback: the costs and consequences of American Empire*. New York: Henry Holt & Cia., 2004.
- _____. *Dismantling the Empire: America's last best hope*. New York: Henry Holt & Cia., 2010.
- JUDT, Tony. *Postwar: a history of Europe since 1945*. New York: Penguin, 2005.
- KRASNER, Stephen (Org.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell U. Press, 1983.
- KOLKO, Gabriel. *The Age of War: the United States Confronts the World*. Bolder: Lynne Rinner, 2006.
- _____. *World in Crisis: the end of American century*. New York: Pluto Press, 2009.
- KUPCHAN, Charles. Hollow Hegemony or Stable Multipolarity? In: IKENBERRY, G. John *America Unrivaled: the future of balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.
- _____. *The End of American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first century*. New York: Vintage Books, 2003.
- _____. The Potential Twilight of the European Union. In: STEWART, Patrick. *Crisis in the Eurozone: Transatlantic Perspectives*. Council on Foreign Relations, 2010.
- KURZ, Robert *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- MACEDO e SILVA, Antonio C. *O Expresso do Oriente*. Redistribuindo a Produção e Comércio Globais. Campinas: Unicamp. IE. Cecon, abr. 2010. (Observatório da Economia Global – Textos Avulsos, n. 2).

MANN, Michael. *O Império da Incoerência: a natureza do poder americano*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARIUTTI, Eduardo B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 69, 2004.

_____. Fundamentos da Hegemonia Estadunidense no Pós-Guerra Fria: tendências gerais. In: CARDOSO, J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: Ipea, 2009a.

_____. *Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu*. São Paulo: Hucitec, 2009b.

MASTANDUNO, Michael. Incomplete Hegemony and Security Order in the Asia-Pacific. In: IKENBERRY, G. John (Org.) *America Unrivaled: the future of the balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.

MEARSHEIMER, John; WALT, S. M. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2007.

MEDEIROS, Carlos. A. O Desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. L. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A China Como Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 3, jul./set. 2006.

_____. O Ciclo Recente de Crescimento Chinês e seus Desafios. Campinas: Unicamp. IE. Cecon, jun. 2010. (Observatório da Economia Global – Textos Avulsos, n. 3).

MITTELMAN, James H. *The Globalization Syndrome: transformation and resistance*. Princeton: Princeton U. Press, 2000.

MURPHY, R. Taggart. East Asia's dollars. *New Left Review*, n. 40, 2006.

MURRAY, Williamson; KNOX, MacGregor. Thinking about revolutions in warfare. In: KNOX, M.; MURRAY, W. *The Dynamics of Military Revolution: 1300-2050*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2009.

NOLAN, Peter. *China and the Global Economy: National Champions, Industrial Policy and the Big Business Revolution*. London: Palgrave, 2001.

NYE, Joseph; KEOHANE, R. *Power and Interdependence*. New York: Harper Collins, 1989.

PADOAN, Pier Carlo. *The Political Economy of International Financial Instability*. London: Croom Helm, 1986.

PERCY, Sarah. *Mercenaries: the history of a norm in international relations*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.

RUGGIE, John. International Regimes, Transaction and Change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, v. 36, p. 379-415, 1982.

- RUGGIE, John. Territoriality and Beyond. *International Organization*, v. 47, n. 1, 1993.
- SPIRO, David. *The Hidden Hand of American Hegemony: petrodollar recycling and international markets*. Ithaca: Cornell U. Press, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____; BELLUZZO, Luiz G. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- STRANGE, Susan. *Casino Capitalism*. Manchester; New York, 2009.
- TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. In: IKENBERRY, G. John. *America Unrivaled: the future of balance of power*. Ithaca; London: Cornell U. Press, 2002.
- WILLIAMS, William A. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: W.W. Norton & Company, 1988.
- YASHENG, Huang. *Capitalism with Chinese Characteristics: entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2008.
- _____. The Politics of China's Path. *New Left Review*, v. 65, 2010.